



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 146

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 146

133ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mandado de Segurança 03

Ofícios 03

Indicações 04

Requerimentos 04

Projetos de Leis 12

Horário das Lideranças:

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 15

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 17

Discussão/Votação

Discussão Única (Votação em).. 18

2ª Discussão (Votação em)..... 19

Redação Final 29

3ª Discussão 29

2ª Discussão 29

1ª Discussão 29

Requerimentos 36

Encerramento da Sessão 37

Transcrição 37

Publicações:

Audiência Pública

Ata 40

Atas de Comissões

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 40

Defesa do Consumidor 40

Publicações Administrativas:

Pregão Eletrônico 41

Aditivos Contratuais 41

Balancete Financeiro:

Outubro/07 41

DIÁRIO Nº 146

133ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 133ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

12 DE NOVEMBRO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausente o Sr. Deputado Mamede (01).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e os Srs. Deputados: Luiz Accorsi e Francisco Bühner (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mandado de Segurança

Sob o nº 446855-9 do Sr. Relator Luiz Mateus de Lima - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando Mandado de Segurança do foro central da comarca da região metropolitana de Curitiba, em que figuram como impetrante Ministério Público do Estado do Paraná e impetrado Governador do Estado, comunicando que suspendeu a liminar concedida, ao efeito de: “(a) determinar ao Chefe do Poder Executivo que efetue o aditamento ao projeto de lei orçamentária anual referente ao exercício de 2008, considerando a proposta elaborada pelo Ministério Público, correspondente a 4% da receita líquida do estado; (b) suspender o processo legislativo referente ao projeto de lei orçamentária para o exercício de 2008 até que ocorra referido aditamento.” **Ao conhecimento da Casa.**

Ofícios

Sob o nº 1232/07 da Sra. Adriana Vanessa Rabelo Camara - Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado, encaminhando cópia da promoção de arquivamento exarada nos autos de Inquérito Civil sob nº 132/04, em trâmite na referida Promotoria de Justiça Especializada, instaurado em virtude do encaminhamento de representação por membros da Comissão Especial de Investigação - CEI, em 24 de junho de 2004, em face de irregularidades no processo de licitação do “Eixo Metropolitano de Transportes de Curitiba”. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC 373, 374, 375 e 377/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

536/07: de autoria do Deputado Douglas Fabrício que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Manoel Jacó Garcia Gimenes, o qual convertido em Lei tomou o nº 15666. **Anote-se - Arquivo-se.**

663/07: de autoria do Deputado Duílio Genari que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Luiz Donaduzzi, o qual convertido em Lei tomou o nº 15667. **Anote-se - Arquivo-se.**

525/07: de autoria da Deputada Cida Borghetti que, concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Vanderlei Cordeiro de Lima, o qual convertido em Lei tomou o nº 15668. **Anote-se - Arquivo-se.**

482/07: de autoria do Deputado Ney Leprevost que, denomina de Rodovia Sinval Martins Araújo, a rodovia estadual localizada no município de Reserva do Iguaçu, que liga a Vila da COPEL à sua sede, o qual convertido em Lei tomou o nº 15670. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 372/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 336/07 de autoria do Deputado Jocelito Canto, por falta de interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 378/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 507/07 de autoria do Deputado Cleiton Kielse, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 379/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 495/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 3990/07 REDUR/LD do Sr. Olides Mil-lezi Júnior - Gerente Regional de Negócios da Superintendência Regional Norte do Paraná da Caixa Econômica Federal, informando que foi procedida a alteração dos termos referentes à prorrogação do prazo de desembolso, do Contrato de Repasse OGU nº 0171322-80/2004/MDA/Caixa, Programa PRONAF, encerrando-se no dia 30 de abril de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000693/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa BRALF. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000721/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação,

junto ao Programa PNAI - PNAE Indígena. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000719/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação, junto ao Programa PNAE. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 228/07

Curitiba, 08 de outubro de 2007.

Senhor Presidente:

Servimo-nos do presente para comunicar a esta Presidência que nos dias 10, 11 e 12 do corrente mês, estaremos em viagem para Assunção, no Paraguai.

Na oportunidade, renovamos protestos de consideração.

Atenciosamente.

(a) JOCELITO CANTO

OFÍCIO Nº 268/07

Curitiba, 12 de novembro de 2007.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje, 12 de novembro de 2007, por estar ausente da capital do estado, em visita às minhas bases eleitorais no noroeste do estado, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos, nesta data.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Indicações

INDICAÇÃO Nº 357/07

SÚMULA:

Propõe pavimentação da estrada municipal JJ 002 ligando a PR-559 à PR-218.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Pavimentação da estrada municipal JJ 002 ligando à PR-559 à PR-218, trecho de aproximadamente 17 km.

2 - A solicitação justifica-se pela redução da distância entre o município de Mirador e os municípios de Planaltina, Querência, Guairaça, Amaporã, facilitando escoamento da safra agrícola.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 358/07

SÚMULA:

Propõe a liberação de recursos para pavimentação com pedras irregulares e meio fio com sarjeta no Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, pro-

tolado sob o nº 8.683.908-3 para o município de Fênix.

Ao Exmo. Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A liberação de recursos para pavimentação com pedras irregulares e meio fio com sarjeta no Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, conforme exposições justificadas nos documentos protocolados sob nº 8.683.908-3, do município de Fênix.

2 - A solicitação justifica-se que é de muita importância pois irá beneficiar a população do município de Fênix.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 359/07

SÚMULA:

Propõe liberação de recursos para a construção do Centro de Saúde protocolado sob o nº 8.710.526-1 do município de Fênix.

Ao Exmo. Sr. Gilberto Berguio Martin - Secretário de Estado da Saúde.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Liberação de recursos para a construção do Centro de Saúde protocolado sob o nº 8.710.526-1 que já se encontra com toda documentação anexa, do município de Fênix.

2 - A solicitação justifica-se que é de muita importância a construção do Centro de Saúde para o município, que visa manter o bom índice de aceitação que a comunidade tem com relação ao que se tem oferecido.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3342

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia, a partir do item 03 da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL, GERALDO CARTÓRIO e MARCELO RANGEL.

REQUERIMENTO Nº 3286

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Sr. Secretária de Segu-

rança Pública do Estado do Paraná, Luiz Fernando Ferreira Delazari, pedido de explicações, relativo ao afastamento de cargo do Soldado Valmir do serviço reservado do 12º Batalhão. Haja vista que o referido soldado é responsável pelo flagrante registrado no último dia 30 de outubro, onde o Padre Vitalino Rodrigues de Lima, 48 anos, foi encontrado em frente a uma panificadora, na companhia de duas crianças, de 8 e 12 anos, levando no interior de seu carro, diversos DVDs com teor pornográfico, um notebook com arquivos de imagens de crianças com roupas íntimas e objetos obscenos (como um pequeno padre de madeira que mostra o pênis).

O caso tornou-se público nacionalmente, abalando a sociedade de todo país, em especial Fazenda Rio Grande, que pede segurança e exige punição para este crime, já que não existem mais dúvidas quanto a culpa do padre.

Em vista disso, é espantosa a ação desta Secretaria, afinal, com esta ação, o Soldado tirou de cenário mais um criminoso e proporcionou uma maior tranquilidade à população, que se sente segura ao saber que este pedófilo não oferecerá mais perigo. Portanto, o soldado em questão, merece Honra ao Mérito e não afastamento de suas funções.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3340

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja incluído na pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 134/07, de autoria do signatário.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3301

Senhor Presidente:

A Deputada estadual do Paraná, Rosane Ferreira, do Partido Verde, que subscreve ao final, no uso de suas atribuições regimentais e, após aprovação do douto Plenário, vêm solicitar ao Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Sr. Vitor Hugo Ribeiro Burko, a implantação da unidade de conservação do Parque Estadual José Wachowicz, localizado no município de Araucária/PR.

O Parque Estadual de Proteção Integral foi criado através do Decreto - Lei nº 5766 de 05 de junho de 2002, publicado em Diário Oficial nº 6244 de 06 de junho de 2002, como compensação ambiental obrigatória pela instalação da Usina Termelétrica/UEG - Araucária. Como é de vosso conhecimento, a área continua de posse dos herdeiros, embora os recursos financeiros para a desapropriação encontrem-se na conta nº 6104-2 IAP - UEG - Araucária/PR no Banco do Brasil, agência. nº 3793-1, perfazendo um valor de R\$ 1.801.755,84, desde 27 de outubro de 2005, para a implantação da mencionada unidade de conservação.

Considerando ainda que o decreto supramencionado em seu artigo 5º preceitua: “O Parque Estadual Professor José Wachowicz ficará sob a guarda, gestão e responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que no prazo máximo de cinco anos, a contar da publicação do presente, deverá elaborar, aprovar e implantar o respectivo plano de manejo desta unidade de conservação.”

A luz do acima exposto, verificando que o prazo para a implantação do parque expirou em 06 de junho de 2007, é que requeremos sua efetiva implantação.

Sendo o que segue para o aumento, renovamos protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O requerimento pela implantação da Unidade de Conservação - Parque José Wachowicz no município de Araucária/PR, se perfaz devido ao fato do saldo financeiro para o investimento já estar liberado em conta própria no valor de, aproximadamente, R\$ 1.801.755,84, bem como pelo término do prazo para sua implantação.

Além disso, o Parque José Wachowicz, continua na posse dos herdeiros que infelizmente mantém um rebanho de bovinos pastando na floresta de araucárias, com mais de 300 anos, pondo em risco e suprimindo a regeneração da mata secundária existente no imóvel de 119 hectares.

É imperativa a desapropriação do imóvel para salvaguardar a sobrevivência dos espécimes existentes na área que faz parte do corredor da biodiversidade da alta bacia do Rio Iguaçu e o último remanescente florestal com estas características na região metropolitana de Curitiba.

Tendo em vista que os recursos financeiros da compensação ambiental obrigatória já se encontram depositados desde a época da instalação da Usina Termelétrica UEG - Araucária para pagamento da referida desapropriação.

REQUERIMENTO Nº 3289

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Flavio Roberto Stremell.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3309

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Júlio Raimundo da Luz, no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3316

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Armando Soichi Iwaya ocorrido no dia 07 de novembro de 2007, nesta capital.

Requer outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 83 anos de idade, faleceu no último dia 07 de novembro de 2007, nesta capital o Sr. Armando Soichi Iwaya, funcionário público, era filho do Sonosuke Iwaya e Katsu Iwaya. Deixou viúva a Sra. Elvira Gertrudes Albarini Iwaya.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Armando encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Iwaya endereçando, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3317

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Aroldo José Moletta ocorrido no dia 09 de novembro/07, nesta capital.

Requer outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 71 anos de idade, faleceu no último dia 09 de novembro de 2007, nesta capital o Sr. Aroldo José Moletta, economista e ex-Deputado Federal, era filho de Deraldo Sebastião Moletta e Judith Carbonar Moletta. Deixou viúva a Sra. Dulceirene Montanha Moletta, três filhos e netos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Aroldo encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Moletta endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3318

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do agricultor aposentado Sr. Júlio Antonio de Oliveira, ocorrido no último dia 29 de outubro de 2007.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Júlio Antonio de Oliveira deixou viúva a Sra. Dirce Macedo de Oliveira, deixou ainda 3 filhos, 5 netos e 1 bisneto.

Era pessoa muito querida por todos que o conheciam e com ele conviviam, pai carinhoso, dedicado que fez não apenas por seus familiares, mas também por todos.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que preocuparemos cultivar como homenagem que lhe devemos. Sua família, a família que o adorava despediu-se com lágrimas nos olhos dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que, nossos amigos, familiares do Sr. Júlio Antonio de Oliveira, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Oliveira, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3320

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Lauro Mathias, conceituado empresário do município de Ponta Grossa.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Visconde de Taunay, 1575, bairro Ronda - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3329

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Vilmor da Silva, ocorrido no dia 11 de novembro de 2007, no município de Guaraniaçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Elvira Soares da Silva, enviando correspondência à Comunidade Santa Luzia, Guaraniaçu/PR.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Além de ser pioneiro em Guaraniaçu, trata-se de uma pessoa muito querida por todos. Homem disposto, nunca se omitiu quando foi convocado a contribuir com a comunidade. Cativou ao longo de sua vida simpatia, amizades e respeito.

Companheiro leal, bom pai de família, homem honrado e de posições firmes, Vilmor da Silva foi Presidente da Associação Comunitária de Santa Luzia. Deixou uma marca positiva na sua passagem por esta terra.

É evidente que não só a família que se enlutou pelo precoce passamento, mas toda a comunidade do município de Guaraniaçu. Aliás, os filhos e parentes, terão um legado para preservar, que foram os ensinamentos deixados pelo falecido.

Através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 3330

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Matte, ocorrido no dia 07 de novembro do corrente na cidade de Medianeira, e a remessa de cópia desta proposição à família enlutada, com mensagem de condolências.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Recebemos com tristeza a notícia do falecimento do Sr. João Matte, ocorrido no último dia 07 do corrente, pessoa muito querida na cidade de Medianeira, onde residia, de família tradicional de pioneiros.

Como última homenagem ao Sr. João Matte, consignamos nos livros que registram a história desta Assembléia Legislativa, o seu passamento, e os nossos sentimentos pelo seu passamento.

REQUERIMENTO Nº 3331

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Masami Tosa, empresário com 71 anos de idade, no último dia 10 de novembro, na cidade de Curitiba.

Masami Tosa, era filho de Michichika Tosa e Emiko Tosa, deixando a viúva Chiyoko Tosa e os filhos Cezar Massanori, Mery, Milton e Nelson. Deixa ainda 5netos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3339

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ronaldo Martins, assistente de Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) CAITO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3341

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 11 de novembro do funcionário Ronaldo Martins.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Endereço: R. Maria da Luz Rothenbuer nº 1260 - Sítio Cercado - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 3345

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteridade, na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do funcionário desta Casa Legislativa, Sr. Ronaldo Martins, ocorrido no dia 11 de novembro de 2006.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente aos familiares.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

É para nós uma tristeza perder um amigo, um colega de longa data, um funcionário honrado, pessoa boníssima e querida por todos os colegas e Parlamentares. Deixa lembranças imorredoura entre colegas, amigos e familiares.

Faleceu dia 11 de novembro, em Curitiba, o profissional honrado, funcionário desta Casa Legislativa o Sr. Ronaldo Martins.

O passamento do Sr. Ronaldo Martins veio abrir uma enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos e colegas.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos e de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. O tempo não apaga a dor trazida por esta perda, fica uma grande lacuna em nossas vidas pela falta dos amigos queridos, espaço que ninguém poderá ocupar, só nos resta guardar bons momentos vividos e orar pela paz e conforto de toda família que ficará com eterna saudade.

Enviamos aos familiares nossos votos de profundo pesar e sinceras condolências pela perda irreparável do ente querido.

REQUERIMENTO Nº 3287

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam externados e inseridos nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao Exmo. Sr. Senador Osmar Dias, pela aprovação do Projeto de Lei nº 473/07, aprovado pelo Senado que moderniza a lei do estágio no Brasil.

A nova proposta prevê que a jornada do estágio não pode ultrapassar seis horas diárias e 30 horas semanais, no caso da educação superior e profissional, e fica limitada a três horas diárias e 15 horas semanais, para os alunos do ensino médio, além de limitar o número de estagiários passando para o patamar de até 20% dos respectivos empregados. Outra inovação que favorece os estudantes, é que o estágio deverá fazer parte do projeto pedagógico da instituição de ensino e do plano curricular, ações que propiciam maiores oportunidades aos jovens brasileiros.

O projeto do Exmo. Senador Osmar Dias, reflete a preocupação do Senado Nacional, em especial dos representantes do estado do Paraná, a preocupação com o futuro de nossa nação, simbolizada pelos jovens, que a partir de agora ficam assegurados de seus direitos e maiores oportunidades no mercado de trabalho.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3324

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Sistema Águia de Ensino, composto pelo Colégio Águia e Águia Pré-Vestibular pelo aniversário de 15 (quinze) anos de fundação.

Do aprovado requer ainda, que do presente se dê ciência ao Sistema Águia de Ensino, em nome de seu fundador e Diretor Sr. Irineu Ferraz, extensivo aos sócios, professores, funcionários e alunos, no endereço: Av. Tupi, 2159, 2º andar - CEP 85501-000 - Pato Branco/PR.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Centro de excelência educacional no ensino fundamental, médio e pré-vestibular, o Sistema Águia de Ensino, empresa pato-branquense composta pelo Colégio Águia e Águia Pré-Vestibular possui 2 sedes na cidade de Pato Branco e mais 2 sedes na cidade de Francisco Beltrão, sudoeste do Paraná.

O Grupo Águia surgiu da vontade de se implantar uma nova metodologia de ensino, tornando desnecessário o deslocamento dos jovens da região aos grandes centros urbanos. Assim nasceu o cursinho Águia. Anos depois com o aumento da demanda e a necessidade de uma formação educacional mais sólida, os próprios professores do cursinho formaram o Colégio Águia para ensinamentos fundamental e médio.

Além de oferecer um ensino de altíssima qualidade aos seus alunos, o Colégio Águia também possibilita espaços e oportunidades para que os educandos desenvolvam ações nas comunidades, e dessa forma adquiram competências pessoais e sociais. A instituição também promove uma série de projetos paralelos às atividades educacionais, dentre eles destacam-se: projetos de educação ambiental, oficinas de história, feira do saber, tornando o aprendizado significativo e abrangente.

A Assembléia Legislativa do Paraná, em nome deste Deputado parabeniza o Sistema Águia de Ensino, em nome de seu fundador e Diretor professor Irineu Ferraz, sócios, equipe de educadores, alunos e funcionários, pela comemoração dos 15 anos de qualidade de ensino e de formação.

REQUERIMENTO Nº 3332

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Uniflor, no próximo dia 15 deste mês de novembro.

Uniflor é administrada pelo Prefeito Miguel Ângelo Pettenazzi, possuindo mais de 2.174 habitantes.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentamos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Uniflor.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3333

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa votos de congratulações à Srta. Vivian Noronha Cia, da cidade de Umuarama, pela sua escolha para defender o título de Miss Paraná - 2007.

A eleição de Vivian ocorreu durante o Concurso Miss Paraná, promovido pela Wall Barrionuevo Promoções e agradou a todos os presentes ao concurso.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3334

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, os votos de congratulações ao Sr. Wall Barrionuevo pela realização do Concurso Miss Paraná - 2007.

Na oportunidade ocorreu a eleição de Vivian Noronha Cia, de Umuarama, como Missa Paraná - 2007.

O Sr. Wall Barrionuevo organizou recentemente, também, com grande sucesso o Concurso Miss Paraná Teen e o Concurso de Miss Maringá.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3335

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Marialva, no próximo dia 15 deste mês de novembro.

Marialva, é administrada pelo Prefeito Humberto Amaro Feltrin, possuindo mais de 32 mil habitantes, sendo considerada a Capital da Uva Fina.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentamos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo marialvense.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3336

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Floresta, no próximo dia 15 deste mês de novembro.

Floresta é administrada pelo Prefeito José Roberto Ruiz, possuindo mais de 6 mil habitantes.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentamos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Floresta.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3337

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Ivatuba, no próximo dia 18 deste mês de novembro.

Ivatuba é administrada pelo Prefeito Adolfo Joaquim Semprebom, possuindo mais de 3 mil habitantes.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentamos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3338

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, votos de congratulações, por mais um aniversário do município de Paçandu, no próximo dia 19 deste mês de novembro.

Paçandu é administrada pelo Prefeito Moacyr José de Oliveira, possuindo mais de 36 mil habitantes.

Na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, cumprimentamos a Câmara de Vereadores, suas autoridades constituídas e o povo de Paçandu.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3290

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a IMCOPA - Importação, Exportação e Indústria de Óleos Ltda., na pessoa de seu Presidente Frederico José Busato Junior.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Frederico José Busato Junior, com seu arrojado espírito empreendedor fundou em abril de 1986, a IMCOPA - Importação, Exportação e Indústria de Óleos Ltda., em Araucária - PR.

Entretanto a IMCOPA, além de ser uma empresa familiar que nasceu em 1967, em Ponta Grossa, pioneira no estado, para garantir o suprimento de matéria-prima, iniciou distribuindo sementes aos agricultores da região, e sua produção à época era de esmagamento de 20 toneladas/dia. Com a implementação da Indústria em Araucária, atualmente tem capacidade para receber 3000 toneladas, processar 2000 toneladas, produzir 1500 toneladas de farelo, 400 toneladas de óleo refinado e 20 toneladas de lecitina por dia.

Objetivando a qualidade e o controle total na industrialização da soja e seus derivados, como farelo, lecitina, melaço e até álcool de soja, hoje a indústria emprega diretamente mais de 330 pessoas, e centenas de outras indiretamente, onde hoje 90% dos produtos industrializados são destinados à exportação.

Plantação sob controle constante:

A IMCOPA compra principalmente, grãos no estado do Paraná, onde está sediada, para controle de transgênicos um quadro especializado de técnicos que viajam constantemente às plantações, cooperativas e portos, realizando minuciosas auditorias e testes rigorosos, pois não admite em seu processo de industrialização soja transgênica.

Pela sua alta capacidade produtiva com rígido controle de qualidade e sem soja transgênica, a IMCOPA é o nome mais confiável para empresas compradoras da Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, China e outros países.

REQUERIMENTO Nº 3291

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sindicato dos Trabalhadores das Empresas e do Comércio Atacadista com Sucatas, Minerais, Ferrosas e Não Ferrosas em Geral, Processadas ou Não por Fundição, Metalurgia e Siderurgia - SINTSUMIFER - PR, na pessoa de sua Presidente Marlize Paludo.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

No estado do Paraná, existe legalmente vinculado a empresas recicladoras mais de 5.500 (cinco mil e quinhentos), trabalhadores, sem contarmos àqueles ligados indiretamente.

Objetivando a realização, defesa e representação legal da categoria, promovendo também estudos e ações integradas com os poderes públicos e demais entidades representativas e, colaborar como órgão técnico e consultivo na solução dos problemas que afetam os associados e a comunidade, será possível proporcionar junto com a

representação patronal uma vida mais digna e humana aos trabalhadores envolvidos no ramo de reciclagem e sucatas do estado do Paraná e do Brasil.

Foram, fundamentos técnicos, científicos e sociais, as âncoras para o surgimento do SINTSUMIFER, que a partir desta data desejamos muito sucesso nesta nova empreitada.

REQUERIMENTO Nº 3292

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a AFECE - Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A AFECE é uma organização não governamental, sem finalidade lucrativa que congrega pessoas físicas, sendo voluntários de todas as áreas, de qualquer credo ou religião, dispostos a contribuir no cumprimento de sua missão.

A entidade oferece hoje, atendimento educacional e de reabilitação a 107 educandos com o diagnóstico de deficiência mental severa, na faixa etária a partir de 04 anos.

A escola é especializada no atendimento educacional aos educandos especiais e vem desenvolvendo um excelente trabalho que envolve as famílias dos educandos, funcionários e a sociedade.

A missão da AFECE é gerar e administrar recursos para promover o bem estar e a dignidade do cidadão especial e de sua família através da educação, saúde e assistência social. E para isso, a entidade planeja suas ações e desenvolve projetos, como a construção da nova sede da AFECE, que irá atender 200 educandos especiais.

A AFECE atua desde 1967. Sua sede atual possui 1.200m² de terreno. Funciona na R. Simão Bolívar 1.366, bairro Hugo Lange, desde junho de 1997. Conta com uma área construída de 700m², sendo seu espaço físico bastante limitado, apresenta uma capacidade máxima para o atendimento de 107 educandos divididos em dois turnos, sendo que cada grupo de 06 e mais 02 profissionais (professor e atendente) ocupam uma das sete salas de aula de 12m² cada.

A Escola de Educação Especial São Francisco de Assis oferece um programa educacional para cidadãos especiais, a partir de 4 anos até a idade adulta, encontrando dificuldades no atendimento educacional do adulto pelo espaço físico limitado e falta de opção de encaminhamento para outros programas. Sua atual limitação de espaço obriga-a a manter uma lista de espera muito grande, aproximadamente 110 pessoas.

Seu desafio no momento é construir uma nova sede. O sonho de realizar este grande projeto fomenta nossas ações e a constante busca por parceiros, que possam somar esforços em benefício de nossos educandos especiais e suas famílias.

A Obra - nova sede da AFECE

Centro de convivência foi o primeiro espaço construído na nova sede da AFECE, localizada no bairro Tarumã.

O centro de convivência tem capacidade para atender até 90 jovens e adultos, acima de 18 anos, divididos em dois turnos. A 1ª etapa compreende: mini casa com 115m², barracão de artes com 87,5m², casa do caseiro com 115m², centro de convivência com 358,94m² e o refeitório medindo 126,58m². A área total da primeira etapa será de 803,02m². Todos já em fase de acabamento.

O centro de convivência pretende oferecer aos adultos, com graves comprometimentos, um programa alternativo composto de atividades ocupacionais, sociais, cultural, artes e lazer.

Serão no total 4.209m² de área construída. Estamos hoje com 45% da obra concretizada, com recursos próprios oriundos de eventos campanhas de material de construção, bazares de importados e usados. Parcerias com empresas. Os três blocos para o atendimento aos educandos estão subdivididos em Estimulação Essencial (educandos de 02 a 05 anos), Escolaridade (educandos de 06 a 18 anos) e o Centro de Convivência Ocupação e Lazer, já mencionado (educandos de 18 anos a idade adulta).

O bloco administrativo está pronto, foi inaugurado no último dia 22 de setembro. A equipe administrativa da mantenedora mudou-se para este bloco e desde então a AFECE está funcionando na R. Turkiewicz, 668 no bairro Tarumã. A mudança foi feita, visando abrir vagas para atender parte da demanda reprimida.

A mantida e os educandos especiais continuam na sede antiga à espera de logo usufruírem de um espaço maior e que possibilite mais qualidade no atendimento.

A AFECE, os educandos, seus familiares e a sociedade sabem da importância de finalizar a construção o mais rápido possível. A entidade precisa cumprir sua missão e levar mais qualidade de vida àqueles que, devido a gravidade de sua deficiência, não conseguem viver dignamente na nossa sociedade.

Invista em um sorriso especial.

Venha conhecer esta obra Franciscana!

REQUERIMENTO Nº 3327

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Superintendente do Hospital Erasto Gaertner, Dr. Flavio Daniel Saavedra Tomasich.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Flavio Daniel Saavedra Tomasich, Superintendente do Hospital Gaertner, por sua brilhante administração deste hospital que é referência nacional no combate e tratamento ao câncer, atendendo anualmente mais de 230.000 pessoas e que se mantém como um dos hospitais mais respeitados de nosso país.

REQUERIMENTO Nº 3307

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão, moção de aplauso ao Sr. Daisaku Ikeda, Presidente da Soka Gakkai Internacional - SGI, o qual em janeiro completará 80 (oitenta) anos de vida, 60 (sessenta) dos quais inteiramente dedicados à SGI. Com uma folha impecável de serviços prestados à SGI, atividades que sempre visaram a promover a paz e a estimular os respeitos humanos, sempre tendo por ideal a educação para o exercício de uma cidadania global.

Esta Casa se sente honrada em reverenciar a história de vida e a capacidade de realização do Sr. Daisaku Ikeda e presta merecidas homenagens, se associa, com júbilo, às celebrações dos seus 80 anos de vida.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 3297

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Paraná e ao Sr. Maurício Requião, Secretário da Educação, para que sejam tomadas providências urgentes no sentido da reforma das instalações da Escola Estadual Professora Maria Heloísa Casseli.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que segundo a própria escola e moradores da localidade, bairro Pilarzinho, no município de Curitiba, há anos a escola não recebe nenhum tipo de benfeitoria.

Atualmente a escola conta com 520 alunos distribuídos entre as séries 1ª a 4ª e 5ª a 8ª. A escola não possui refeitório, as crianças precisam fazer o lanche nas salas de aula. Necessitam de reparos nas instalações elétricas, hidráulicas, enfim, manutenção de toda sua estrutura.

Tais obras são importantes porque otimizam as condições de ensino e contribuem para um ensino de maior qualidade para nossas crianças e de melhores condições de trabalho para nossos docentes paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 3319

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência providências em relação a situação precária, a falta de sinalização e de melhorias no acostamento da Rodovia PR-11, no trecho que liga a Av. Monteiro Lobato no município de Ponta Grossa a Rodovia PR-151.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal e para os ilustres Vereadores da Câmara Municipal do município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3321

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando com a máxima urgência reformas no Hospital de Caridade de Palmeira, que encontra-se com sérios problemas e dificuldades para atender as pessoas mais carentes que precisam de tratamento médico no município de Palmeira.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal e aos Vereadores da Câmara Municipal do município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3323

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente a Empresa ALL - América Latina Logística, solicitando com a máxima urgência melhorias na sinalização para os cruzamentos de trens na região dos Campos Gerais em especial no município de Teixeira Soares.

Tal solicitação se faz necessária pois, nos cruzamentos da referida rodovia as condições de sinalização são precárias, podendo fatalmente ocorrer graves acidentes entre os trens que percorrem este trecho.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal e para os ilustres Vereadores da Câmara Municipal do município de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3328

Senhor Presidente:

O Deputado estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Exma. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Sra. Lygia Lumina Pupatto e ao Exmo. Diretor-Presidente do TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná, Sr. Mariano de Matos Macedo, para que promovam os estudos e diligências necessárias para a implantação de uma unidade do TECPAR no Parque Tecnológico Regional Francisco Sciarra, situado no município de Londrina.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 3322

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Saúde, para informar as questões abaixo:

1 - Qual o número de agentes comunitários de saúde no estado do Paraná?

2 - Qual o valor de salário repassado pelo Governo do Estado para as prefeituras municipais, que efetuam o pagamento dos referidos agentes comunitários de saúde?

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3326

Senhor Presidente:

A RPC (rede Paranaense de Comunicação) TV Oeste realizou importante documentário sobre o desaparecimento de Sete Quedas, que foi levado ao ar no dia 21 de outubro no "Programa Meu Paraná", obtendo ampla repercussão em telejornais e veículos impressos de informação. Cabe registrarmos a grande perda turística de Sete Quedas para o Paraná, lamentamos que quando do desaparecimento nada pudemos fazer, até pela ditadura que imperava.

Cumpra à Assembléia Legislativa enviar congratulações aos dirigentes e funcionários da RPC TV Oeste, pelo importante documentário que produziu, sendo a única emissora de televisão do Brasil a registrar o 25º ano daquela inundação.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) EDGAR BUENO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 795/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 10 da Lei Estadual nº 12493, de 22 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, com a seguinte redação:

"Art. 10. (...)

§ 1º Os empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais, radioativos e explosivos, devem, preferencialmente, ser instalados a uma distância mínima de dez quilômetros de núcleos populacionais.

§ 2º os empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais perigosos - Classe 1 (tóxico, inflamáveis, reativos, corrosivos e patogênicos), deverão ser localizados de acordo com os critérios estabelecidos na legislação ambiental vigente.

§ 3º Os empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais que estejam funcionando em desacordo com o disposto nos parágrafos anteriores, terão o prazo de três anos, a contar da data da vigência desta lei, para se adequarem.

§ 4º Todos os empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais devem obrigatoriamente submeter ao órgão ambiental competente, os estudos ambientais necessários ao seu licenciamento prévio, que serão definidos em razão de seu porte, risco, localização e potencial poluidor”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 15456, de 15 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial nº 7401, de 31 de janeiro de 2007.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 12493, de 22 de janeiro de 1999, dispõe que os resíduos sólidos industriais devem ter acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final adequada, atendendo às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e às condições do IAP (Instituto Ambiental do Paraná).

Posteriormente, a Assembléia Legislativa aprovou a Lei nº 15456, em 15 de janeiro de 2007, dispondo que tais resíduos sejam obrigatoriamente depositados em distância não inferior a 10 quilômetros de núcleos populacionais.

O presente projeto de lei, por entender a importância da preservação do meio ambiente e dos benefícios diretos à saúde, entende também que a fixação rígida de 10 quilômetros para a instalação e funcionamento de tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pode inviabilizar tal iniciativa que tem como fim os mesmos objetivos.

Apesar da ciência da necessidade de proteção de nascentes, reservas florestais e áreas de preservação permanente, pode ocorrer que um ponto determinado esteja a 9.500 metros de um núcleo populacional que, nas normas da ABNT é qualquer núcleo onde haja um botequim ou pequeno comércio e, portanto, inviabilizaria a instalação de um empreendimento absolutamente necessário para evitar contaminações. Nos pequenos municípios, seria normal ocorrer que distâncias rígidas de 10 quilômetros tornasse inviável esse tratamento.

A proposta que ora apresentamos objetiva acrescentar parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º ao artigo 10 da Lei nº 12493/99, bem como revogar integralmente a Lei nº 15456/07, substituindo a obrigatoriedade da distância mínima de 10 Km de núcleos populacionais para a instalação de empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos para “preferencialmente”, além de estabelecer que esses investimentos devam obrigatoriamente submeter ao órgão ambiental competente os estudos ambientais necessários ao seu licenciamento prévio, cobrindo, portanto, todas as precauções necessárias a sua instalação.

Contamos com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 796/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a reverter, mediante doação ao município de Chopinzinho, o terreno com área de 2.004,42 m2, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 18774, que foi doado ao estado do Paraná pela Lei nº 1557/98 de 14 de outubro de 1998, com o objetivo que o mesmo fosse aproveitado para a construção da sede do 3º Pelotão da Polícia Militar, sendo que até a presente data o imóvel continua sem qualquer edificação ou utilização.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Chopinzinho para implantação de projetos diversos à geração de emprego e renda à população.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

No ano de 1998, o município de Chopinzinho, neste estado do Paraná, doou ao Poder Executivo estadual, através da Lei Municipal nº 1557/98 de 14 de outubro de 1998 um terreno com área de 2.004,42 m2, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 18744, exclusivamente para a construção da sede do 3º pelotão da Polícia Militar.

Ocorre que até a presente data o imóvel continua sem qualquer edificação ou utilização pelo Governo do Estado, necessitando o município dessa área para implantação de diversos projetos visando a geração de emprego e renda da população.

Estando isso plenamente justificado, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação, bem como, a conseqüente sanção Governamental.

PROJETO DE LEI Nº 797/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito pelos relevantes serviços prestados ao estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

É com muita honra e satisfação que tomamos a iniciativa legislativa de propor aos nobres parlamentares desta Assembléia Legislativa, reais representantes das aspirações do povo paranaense, a aprovação da concessão do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Rodrigo Costa da Rocha Lopes, por tratar-se de ato de reconhecimento de elevadíssimo mérito, em função dos relevantes serviços prestados por ele ao estado do Paraná.

Paranaense, formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, foi professor na Faculdade de Administração da Universidade Federal do Paraná e Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Em 1968, fundou a Nutrimental, indústria do segmento alimentício que emprega cerca de 1.000 funcionários e mantém operações no Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Exerceu inúmeras atividades, desde outubro de 2003, preside o Sistema FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Também é Vice-Presidente da CNI - Confederação Nacional da Indústria, Presidente do COPIN - Conselho Temático Permanente de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da CNI, Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade - IBQP e Vice-Presidente da PROTEC - Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica. Integra o CCT - Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, o CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, o Conselho Nacional do Sesi-Senai, o Fórum Nacional da Indústria e representa a CNI no Conselho Deliberativo da ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. É Conselheiro Consultivo da ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores e membro do Conselho Deliberativo do SEBRAE-PR, da Associação do Comércio Exterior do Brasil - AEB, do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo (MCT), da FBDS - Fundação Brasileira do Desenvolvimento Sustentável, da WBA - World Business Academy, do IONS - Instituto Of Noetic Sciences, da SOL - Society for Organizational Learning e do Instituto ETHOS de Responsabilidade Social.

O exame superficial do *curriculum vitae*, dá a perfeita noção da personalidade de destaque que possui o Paraná.

Neste sentido, conclamo a todos os nobres Pares com assento neste templo deliberativo, para procederem o devido apoio a proposta que ora apresentamos, a fim de reconhecer em vida, os méritos deste filho do Paraná, que tanto significa o nosso estado.

PROJETO DE LEI Nº 798/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a OCA - Organização Culturarte, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.11.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Criada por profissionais de todas áreas do cinema, de diferentes regiões do Brasil, e atuantes na área em outros países, a OCA - Organização Culturarte, tem como principal objetivo a alfabetização através do audiovisual.

A OCA desenvolve com recursos próprios a mais de 2 anos o projeto Pólo de Comunicação que tem parceria com técnicos especializados do Parque Tecnológico de Itaipu, onde está presente Programa Pólo de Comunicação Audiovisual do MERCOSUL, baseado em 3 pilares do audiovisual, o software, o hardware e digitown.

Além deste projeto, o Encontro das Culturas Tradicionais do Paraná foi desenvolvido para ser palco das grandes manifestações artísticas dos povos quilombolas, índios e comunidades distantes.

O objetivo principal da OCA - Organização Culturarte é a defesa e a divulgação de todas as manifestações culturais nativas do Paraná e do Brasil, através de acervos documentados, proporcionar o intercâmbio cultural entre as várias regiões do país, oportunizando a população acesso à educação e aos conhecimentos de suas culturas manifestas em todas as áreas artísticas. A proteção do meio ambiente através de documentário que conscientizam a população sobre nossos patrimônios naturais.

Em 2005, integrantes da OCA, foram responsáveis pela longa-metragem documental "Cavalheiros de Jorge" que faz o resgate histórico dos povos chamados do Veadeiro (GO) dos antigos garimpeiros aos negros da reserva Kalunga, suas manifestações culturais e o impacto sofrido desde a época do garimpo até a chegada do turismo.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há oradores no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças: PDT; Bloco PPS/PMN; Bloco PSB/PR/PRB/PV; Democratas; PP; PT; PSDB; PMDB; Liderança da Oposição; Liderança do Governo.

Com a palavra Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Queria comentar as últimas declarações da BCR. Insiste a entidade em não discutir de forma séria e racional, a superação desse modelo tarifário, que é muito injusto com a sociedade paranaense.

No final de semana, ouvi as declarações e fiquei surpreso, porque o Governador Roberto Requião procurou expor com muita franqueza, que lhe é peculiar, as medidas que são necessárias para que possamos fazer o processo de negociação.

Essa palavra negociação é perigosa utilizar. Negociação, normalmente, significa ceder algo. E até agora, temos que reconhecer, quem cedeu foi a sociedade paranaense, R\$ 5 bilhões e 300 milhões que foram arrecadados, que foram retirados da nossa economia e que encarece o chamado custo Brasil, no caso do custo Paraná.

Se estamos num processo de discutir esse tema, é necessário que esta Casa possa, através da nossa Comissão Especial, da nossa Comissão de Fiscalização, realizarmos um debate muito objetivo, para que possamos encontrar, dentro do modelo atual, uma forma de superarmos esses impasses. Olha, tem mais um reajuste previsto para este ano, mais uma alta do preço do pedágio.

Não dá para discutir pedágio, falando em suprimir obras importantes e necessárias do sistema viário do nosso estado. E, ao mesmo tempo, reconhecendo que as concessionárias já tem fundos públicos acumulados, são valores importantíssimos de tarifa que os usuários pagaram e que detêm esses fundos, que são recursos públicos e que não podem, por um acordo que possa suprimir obras e aumentar prazo de concessão, impor redução de tarifas que sejam quase insignificantes.

O nosso parâmetro tem que ser o do leilão realizado pelo Governo Federal, porque ele estabelece uma taxa interna de retorno em níveis que são civilizados, ou seja, não chega a 9%. A taxa interna de retorno não é o lucro, é, de fato, aquilo que é muito mais amplo do que o lucro, quando aqui no Paraná sabemos que as taxas internas de retorno dos contratos entre 18 e 20%, 3 vezes mais do que as taxas de retorno do leilão realizado pelo Governo Federal.

É necessário que nós possamos, com bons técnicos, sem grande sofisticação, apropriar tudo aquilo que essas empresas já arrecadaram - o custo do que elas já realizaram em termos de obras e serviços - do que elas acumularam, daquilo que é necessário ser investido; antecipar as obras; duplicações importantes de rodovias que já poderiam estar sendo realizadas e, ao mesmo tempo, estabelecer, de forma muito racional, sem que possamos tratar esse tema de forma emocional, encontrar um caminho em que o grande beneficiário seja a sociedade paranaense.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, estou ouvindo e prestando muita atenção no seu pronunciamento. Quero dizer a V. Exa. que sinto no seu pronunciamento, pela forma com que V. Exa. está falando, quase que uma confissão. Sinceramente, fazendo *mea culpa*, porque a forma como V. Exa. fala em resolvermos este problema. Não podemos jamais esquecer, por mais chato que sejamos ao lembrar, que este é um assunto de responsabilidade também do Governador Requião, que assumiu esse compromisso com os paranaenses, de resolver essa situação. Erro do Governo anterior é discutível; erro do Governador atual não é discutível. Por que não é discutível, Deputado Romanelli? Porque foi um compromisso público.

Quando um governante se dirige à sua população assumindo um compromisso, se pressupõe que ele tem conhecimento do que está falando. Eu sei que o Governador é inteligente. Ele sabia do que estava falando.

Entendo o seu pronunciamento, me somo à sua vontade, quero também corrigir os erros que aconteceram, acredito que o custo deste pedágio que o Governo Federal, agora, abriu licitação, mostra uma realidade. Mas gostaria que V. Exa. como Líder do Governo, pedisse ao Governador que se somasse a essa vontade que toma conta de quem era Governo, que instituiu o pedágio, de quem não é mais Governo, de V. Exa. que era Oposição, que hoje é Governo e que tem essa responsabilidade.

Acredito que nós só vamos resolver isso, se não colocarmos as questões políticas. Temos que fazer um movimento. Terá que ser um clamor da sociedade paranaense, e para acontecer esse clamor não vai ser com pedido do Governador Requião, nem do Deputado Rossoni e nem do Deputado Romanelli, mas de todos, porque cada um lidera uma parcela dessa população. Certamente eu lidero a menor parcela deste estado, mas posso dar minha contribuição para que esta causa e este seu pronunciamento chegue no bom propósito, que é o de baixar o pedágio. Vamos parar com esta questão de acabar.

Quero dizer a V. Exa. que qualquer reunião, qualquer reunião, movimento, não apenas como Deputado, mas como pequeno empresário e como usuário das rodovias pedagiadas, quero me somar à sua vontade, porque tenho certeza que é legítima e demonstra a sua capacidade de poder liderar esse movimento e convencer o Governador de fazermos todas as forças políticas unirem-se, para ajudarmos a economia do Paraná.

Obrigado, Deputado Romanelli, pelo aparte.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu que agradeço, Deputado Rossoni.

V. Exa. teve um posicionamento este ano ainda, quando liderou a Oposição e foi a Brasília e se somou com todos, para que pudéssemos tentar reverter aquela situação injusta - não conseguimos ainda mas que demonstrou a união acima das questões políticas e partidárias - foi muito importante a participação de V. Exa.

Sobre essa questão que envolve a negociação, temos que reconhecer que temos 50 ações judiciais demandando contra as concessionárias de pedágio. Digo nós, enquanto sociedade paranaense, Governo 40 e cerca de 15 ou 16, que são de pessoas de personalidades ou de movimentos e nós fomos derrotados. Vamos ser sinceros, a Justiça Federal, especialmente, a de 2º grau, em Porto Alegre, tem nos derrotado. Nós da sociedade paranaenses temos perdido todas em Porto Alegre. É assustador isso, inclusive, um dos itens de luta nosso é criar um Tribunal Regional Federal aqui no Paraná, para ser o 2º grau na Justiça Federal.

Se V. Exa. permitir, concedo um aparte, ao Deputado Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

O projeto de lei do item 10, trata da isenção para motociclistas e similares para pagamento de pedágio, na forma que menciono. Toda a alteração de contrato precisa ser discutida com o Poder concedente, que é o estado, e com as concessionárias.

Acredito que temos um momento ímpar, agora, em função desses leilões que foram feitos, mostrando que as tarifas podem ser bem menores. Uma lei como esta o Poder Legislativo não poderia fazer, porque ela mexe diretamente na tarifa. É como se o Poder Legislativo estivesse mexendo direto, unilateralmente, no contrato feito pelo Poder Executivo com a concessionária. Várias dessas leis foram feitas em outros estados e elas foram declaradas inconstitucionais. A discussão da temática da tarifa deve ser encampada por todos. Não pode haver leis a partir do Legislativo, onde muda de forma unilateral. Vamos brincar de fazer lei aqui. Esse projeto COPELEGIS, na minha avaliação, não pode chegar ao plenário, com todo o respeito aos autores do projeto, que atendem aos interesses de todos os motociclistas e similares. O estado pode romper contrato, sim, desde que haja acordo e há riscos também, porque pode sustar lucros cessantes e assim por diante. A nossa responsabilidade tem que ser firme, no sentido de proporcionar tarifas justas. Não podemos criar isenções ao bel-prazer.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Welter.

Penso que esta Casa vai votar o projeto, que já passou pela Comissão de Justiça, que analisou a sua constitucionalidade e, certamente, por maioria vai manifestar a vontade. V. Exa. manifesta um ponto de vista. Eu, pessoalmente, penso que é necessário que possamos estabelecer um outro modelo. Defendo uma profunda reformulação de um modelo de pedagiamento que temos aqui no Paraná, redução da tarifa, sim. Você pode modificar reconhecendo que talvez sejam muito longas as distâncias entre uma praça de pedágio e outra. Você poderia ter algum tipo de arco que pudesse modificar e diminuir o custo, abrangendo talvez outro tipo de demanda e de trânsito e pudesse ter outros tipos de isenções.

O que me parece absolutamente necessário é se fazer uma profunda resdiscussão do modelo tarifário e de pedagiamento que temos no Paraná. Estou absolutamente convencido disso e quero dizer mais: daqui a 08 meses, quando as concessionárias, a famosa UHL que o Governo Federal confirmou agora no início do mês a licitação e confirmou como vencedora, quando ela assinar os contratos, começar a executar a obra, implementar as praças de pedágio e começar a cobrança, vai ser muito difícil explicar como um veículo vai daqui a Florianópolis, anda 310 quilômetros e paga R\$ 5,10; e daqui a Caiobá, Praia de Leste ou Paranaguá, paga-se R\$ 10,90. E vai ter aumento agora, de mais quase 10%. É muito difícil explicar isso para a opinião pública.

As concessionárias também têm interesses. Elas estão num momento em que têm que baixar a guarda, reconhecer o que está acontecendo, que o país mudou, discutir isso de forma muito clara e transparente, modificar de forma muito interessante para menor, mas tem que ser radical. Não dá para falar em desconto de 30% só. Eu achava que o desconto tinha que ser de 50%; hoje estou convencido que o desconto tem que ser muito maior, mesmo que isso possa implicar em mudanças de praças de pedágio ou coisa que o valha, até para poder, de fato, ter um pouco mais de aproveitamento de circulação viária.

Mas, certamente, alguma coisa para modificar essa realidade, esta Casa e a sociedade paranaense têm que fazer. É muito injusta essa situação que estamos vendo.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância e aos companheiros que fizeram aparte e acrescentaram ao nosso pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Antes de passarmos à Ordem de Dia, esta presidência, com profundo pesar, comunica o falecimento do Sr. Ronaldo Martins, que era nosso garçom aqui no Plenário, e da nossa taquígrafa Doroti Linhares. Ambos faleceram nesse final de semana. Portanto, a Assembléia irmana-se à dor de toda a família.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, apenas para registrar nos Anais desta Casa, que hoje foi entregue o prêmio Guerreiro do Paraná ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, jornalista, empresário, defensor das causas paranistas.

V. Exa. lá esteve em um dos eventos mais prestigiados que vi nos últimos tempos ocorrendo na cidade de Curitiba. Uma homenagem emocionante que os filhos e os familiares do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho puderam receber do Movimento Pró-Paraná, que é integrado por várias pessoas que trabalham nesta Casa de Leis. E lá, fiquei muito feliz ao encontrar representando esta Casa, não apenas o Presidente da Assembléia, mas a maioria dos Deputados Estaduais, o Ministro Paulo Bernardo, o

Prefeito em Luciano Ducci, o Presidente da Itaipu, Jorge Miguel Sameck, o Senador Álvaro Dias, o Reitor da Universidade Federal do Paraná, Dr. Carlos Augusto Moreira, enfim, lideranças de diversas correntes ideológicas e políticas hoje estiveram irmanadas, reconhecendo o trabalho importantíssimo para o desenvolvimento do Paraná, desenvolvido por esse jornalista que é o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho. E eu quero, Sr. Presidente, dar o meu testemunho pessoal de que quando fui Presidente da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, uma das pessoas que mais ajudou o Hospital de Clínicas foi exatamente o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

Então, fica aqui também a nossa homenagem no plenário da Assembléia Legislativa a este que é, sim, sem dúvida alguma, um verdadeiro guerreiro do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, em relação ao item 3, eu solicito à Mesa, que foi uma condicionante para o relatório da emenda do Deputado Dobrandino, anexação tanto das notas taquigráficas da Sessão do dia 30 de outubro, em relação a essa mensagem do Executivo, quanto também das notas taquigráficas da CCJ em que se acolheu.

Eu explico isto porque existe uma questão de ordem formulada pelo Presidente da CCJ à Mesa, em relação a possibilidade de a CCJ emitir um parecer em cima de um substitutivo geral que não tinha transitado na CCJ.

Então peço, se pudesse inverter a pauta para que este projeto fosse votado por último para anexação destas notas taquigráficas, que seria muito importante, inclusive no debate.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, também nos associamos ao falecimento da nossa colega de trabalho, Doroti Wolkmer Linhares, taquígrafa desta Casa por 34 anos.

Também em nome da nossa bancada do Partido Progressista, o nosso respeito, as nossas condolências à família enlutada nesta hora de tristeza e dor.

Uma grande funcionária, grande colega de trabalho, a sua morte causou grande consternação nos familiares, nos seus colegas do Serviço de Taquigrafia e em todos nós.

Que Deus conforte a família enlutada.

E para registrar também, Sr. Presidente, em ata, voto de congratulações que estamos encaminhando a V. Exa., ao jornal Folha de Londrina, fundado pelo grande baluarte, João Milanez, hoje comandada pelo ex-Ministro e empresário, José Eduardo de Andrade Vieira, a Folha de Londrina celebra amanhã 59 anos de fundação.

Saber o que passou o ex-Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, na liquidação do BAMERINDUS e saber, com orgulho, que ele está de pé, está firme, comandando um jornal de tão alta respeitabilidade na imprensa brasileira como é a Folha de Londrina.

Nossos cumprimentos ao Zé Eduardo de Andrade Vieira, ao João Milanez, aos jornalistas aqui do Paraná que fazem parte da Folha de Londrina, levando em conta também os funcionários e outros colonistas de grande destaque na imprensa nacional que, diariamente, escrevem colunas para a nossa querida Folha de Londrina.

Parabéns Folha de Londrina - jornal orgulho, jornal referência da nossa imprensa brasileira - 59 anos de fundação da Folha de Londrina.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa Ofício nº 228/07, subscrito pelo Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, comunicando que estará em viagem para Assunção, no Paraguai, nos dias 10, 11 e 12 do corrente mês. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 268/07, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária de hoje (12/11/07), por estar ausente da capital do estado, em visita às suas bases eleitorais no noroeste do estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 357/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pavimentação da estrada municipal JJ-002, ligando a PR-559 à PR-218, entre os municípios de Mirador e Planaltina do Paraná, Querência e Amaporã, facilitando o escoamento da safra agrícola. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 358/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a liberação de recursos para pavimentação com pedras irregulares e meio fio com sarjeta no Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, no município de Fênix. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 359/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde Pública, a liberação de recursos para a construção do Centro de Saúde no município de Fênix. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, com apoio do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Discussão Única (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 021/07, de veto aposto ao Projeto de Lei nº 557/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão do imóvel de matrícula nº 3691 ao patrimônio do município de Janiópolis. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 027/07, de veto aposto ao Projeto de Lei nº 364/05 de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel a Prefeitura Municipal de Borrazópolis. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Há sobre a mesa, um requerimento aprovado em plenário, para a unificação do item 01 e do item 02, que são os vetos apostos aos Projetos nºs 557 e 364.

Pela ordem, o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Queria retirar o pedido de unificação dos vetos, queria desmembrá-los. O pedido não foi aprovado ainda.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perdoe, Deputado, o pedido já foi aprovado. Na Sessão anterior aprovamos. Vamos ter que votar os dois juntos. No dia 7 foi aprovado e o requerimento, inclusive, é de V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

É que não me lembrava, Exa., que o pedido já havia sido votado, porque a Sessão havia caído.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Portanto, solicito ao Sr. 1º Secretário, o Deputado Edgar Bueno, que proceda, por gentileza, à chamada para a apreciação dos dois vetos: item 01 e item 02 da pauta.

Para encaminhar o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Queria solicitar às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados pela manutenção dos vetos que foram apostos pelo Governador Requião. São ambos os projetos, embora eles sejam meritórios, no sentido que os autores estão tentando criar, de fato, um interesse em relação aos municípios que representam, mas como V. Exa. sabe, eles padecem de um mal incurável que é a inconstitucionalidade. Ou seja, o Governador Requião vetou-os por conta da flagrante inconstitucionalidade.

Os Parlamentares sabem que esses projetos autorizatórios de doação de imóvel vão ter, de fato, esse entendimento. Já disse isso na CCJ e também no plenário. Os Parlamentares poderão transformá-los em indicação legislativa e, em havendo firmado interesse público, certamente o Governador enviará a esta Casa uma mensagem com o mesmo teor para que esses imóveis possam, eventualmente, ser, ou cedidos, ou doados a essas municipalidades. Mas, necessariamente, terão que passar antes pelo crivo do interesse público. Até porque, senão, sabemos todos nós, todos os imóveis que são propostos para serem doados ou cedidos, certamente, não só este Governador, mas os futuros Governadores não terão mais nenhum imóvel no patrimônio do estado do Paraná.

Por isso, peço a manutenção desses vetos à nossa bancada e, também, aos demais Deputados desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, temos aqui 2 vetos que autorizam o Poder Executivo a doar imóvel. Um veto de autoria do Deputado Kielse e outro de autoria do Deputado Alexandre Curi. Por essa razão, peço aos senhores, até como uma forma, Deputado Elio Rusch, de ser solidário ao Deputado Alexandre e ao Deputado Kielse, que votemos pela derrubada do veto, porque tenho certeza absoluta que os Srs. Deputados, ao apresentarem esse projeto, eles conversaram com o Sr. Governador. Por essa razão, votarei pela derrubada do veto.

Para derrubar o veto temos que votar NÃO, então peço aos meus companheiros, se puderem entender o meu pedido, que votássemos com a expressão NÃO, pela derrubada do veto do Sr. Governador, em solidariedade ao Deputado Kielse e ao grande Deputado Alexandre Curi.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Edgar Bueno, que proceda à chamada nominal para votação dos Srs. Deputados, esclarecendo que os Deputados favoráveis ao veto votam com a expressão SIM e os Deputados contrários ao veto votam NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edgar Bueno)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Quarenta e três Srs. Deputados responderam à chamada: 24 SIM e 19 NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Retiro a questão de ordem que fiz em relação ao item 03, aguardando resultado, porque eventualmente pode mudar. Sendo aprovado o projeto e não a emenda, deixa de ter razão de ser a anexação das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/07, que objetiva o ingresso do estado do Paraná, no Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbano - SEDU/COMEC, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAM e CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CEMA. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDA DE PLÊNÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 604/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo que objetiva o ingresso do estado do Paraná no consórcio intermunicipal para gestão dos resíduos sólidos urbanos, recebeu emenda de Plenário ao substitutivo geral apresentado na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa.

Chamada esta relatoria se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da presente emenda, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Douglas Fabrício, Professor Luizão, Carlos Simões, Waldyr Pugliesi, Mauro Moraes e Luiz Claudio Romanelli.

Com a sua discussão encerrada, apenas para encaminhar a votação. Está em votação o projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhas**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho procurado aqui entrar num entendimento com o Líder do Governo, porque na verdade, no meu entendimento, na minha compreensão, é o seguinte: há uma compreensão da grande maioria do Plenário de votar o projeto contra a emenda, o substitutivo geral. Este pelo menos é o clima que senti no plenário. O Líder do Governo entende de forma contrária.

Quero alertar aos Srs. Parlamentares que se não entrarmos num entendimento de votarmos dessa maneira, teremos dificuldades. Aprovamos o projeto e depois não conseguimos derrubar o substitutivo, e aí não atende às necessidades, Deputado Zucchinho. Como o encaminhamento que V. Exa., por exemplo, deu na questão do Sudoeste. Também não atende à grande maioria das regiões metropolitanas.

Sr. Presidente, é prematuro votarmos aqui sem o entendimento das lideranças. Por isso, peço a V. Exa., se possível, adiarmos para o final da Sessão, enquanto votamos os outros assuntos, para que façamos uma reunião de lideranças para entrarmos num entendimento. Se V. Exa. acatar essa sugestão, peço à Dra. Lídia fazer um requerimento para que se vote este item nº 3 no final da Sessão. Enquanto isso, vamos fazer uma reunião de lideranças para entrarmos num entendimento, porque senão não vamos votar esse projeto. E como eu disse aqui no encaminhamento da última Sessão, este projeto é, na verdade, discutível. Vou dizer aqui especialmente aos Deputados do PSDB: Deputado Traiano, Deputado Miltinho, Deputado Litro, esse projeto recebi agora, Deputado Nishimori, esse projeto também não é de interesse do PSDB.

Por essa razão é importante que se entre em entendimento, senão não vamos votar. Por que razão? Este consórcio do lixo que denominamos aqui simploriamente, esse consórcio já deu muitos passos para legitimar as ações, até porque, qual é a preocupação nossa, da Prefeitura de Curitiba, prefeituras da região metropolitana? As prefeituras, em consórcio, avançaram e avançaram muito na questão do lixo, até porque está sendo cobrado pelo Ministério Público. Minha preocupação agora nós estamos autorizando. Estamos aqui votando autorização para o Governo participar desse consórcio.

A pergunta que eu faço ao Líder do Governo: qual é o interesse do Governo do Estado em participar desse consórcio? Claro que o objetivo é colaborar. Entendido! Outra pergunta que eu faço: os avanços que já aconteceram nesse consórcio, que já está em fase avançada com a entrada do estado, vai retroagir? É uma pergunta que é importante ser respondida, porque qual é a nossa preocupação? Nós, as prefeituras da região metropolitana, têm um tempo para cumprir, por determinação da Justiça. A preocupação que eu tenho ao Governo entrar agora, tardiamente, porque já está atrasado, deveria estar desde o primeiro momento par-

ticipando desse consórcio, eu pergunto ao Líder do Governo: será prejudicial ao andamento desta questão? Se positivo, será encaminhado de uma forma; se negativo, também terá encaminhamento pela minha pessoa. Esta é a grande preocupação.

A outra preocupação minha é a seguinte: apresentou-se um projeto original, do Governo, já existia quase que a compreensão e o entendimento dos Parlamentares, de votarem favorável. A partir do momento que apresentou-se o substitutivo geral, o que aconteceu? Distorceu-se, na verdade, o objetivo, que era resolver-se o problema - pelo menos nós subentendemos - o problema da região metropolitana.

Estou fazendo um encaminhamento difícil de ser feito, até porque o nosso objetivo é o de que os Srs. Parlamentares - e eu mesmo possa entender - porque seria muito difícil a votação se, Deputado Romanelli, V. Exa., com clareza, afirmasse aos Srs. Parlamentares qual o objetivo. O objetivo e o propósito eu sei, é positivo. Agora, no que o Governo vai participar? Porque o que me preocupa, e eu vejo, sem nenhuma desconfiança, naturalmente - quero deixar claro - vejo andar por aqui diretores da SANEPAR.

Ora! Se aprovarmos esse projeto, a SANEPAR vai querer presidir esse consórcio. A documentação de licitação, de andamento de tudo isto, vai ficar inválida. Por esta razão, acho que a melhor saída, neste momento, sinceramente, seria adiarmos por mais algumas Sessões. E agora estou com o propósito não apenas de obstruir, mas sim de esclarecer. Eu preciso destes esclarecimentos, senão votaremos contrários ao próprio projeto.

Era esta a minha posição. Espero ter sido claro. Sei da inteligência do Deputado Romanelli, certamente ele vai desfazer algumas dúvidas que coloquei aqui para os Srs. Parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão, até porque extrapolei o tempo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte: há outros parlamentares nesta Casa, como o Deputado Cheida, o próprio Deputado Cartário, que se informou sobre este tema e tem um processo de reflexão, recebemos, com muita honra para nós, o ex-Deputado e ex-Líder do Governo nesta Casa, o Deputado Stica, que hoje é Diretor da SANEPAR, e que vem aqui justamente prestar aos Srs. Parlamentares as informações sobre o projeto, Sr. Presidente, que foi amplamente - olha, quero dizer o seguinte: muitas vezes, nesta Casa, as pessoas não são exatamente atenciosas do ponto de vista do que estamos fazendo. Este projeto, desde o início, ainda na CCJ, abrimos os longos prazos para que pudesse haver um longo processo de discussão, da Audiência Pública, de discussão sobre o tema, adiamos de forma sucessiva a tramitação do projeto, justamente para proporcionar uma maior integração de cada uma das Sras. e Srs. Deputados, nesta discussão.

O que está em jogo, aqui, na verdade, é o interesse público. Quem convidou o estado a integrar o consórcio intermunicipal neste novo regime, desta autarquia criada pela lei dos consórcios públicos, foram os municípios metropolitanos, através da SEDU e COMEC. O tema que envolve região metropolitana tem legislação federal. E é necessária que o estado possa participar deste processo.

No bojo desta discussão, foi o estado que foi chamado a integrar, porque é necessário que o estado integre. O estado pode integrar com recursos, pode ser através da Companhia de Saneamento do Paraná, mas fundamentalmente através da Companhia de Desenvolvimento Urbano e COMEC, que inclusive diz no próprio texto legal.

Nós, efetivamente, temos que votar. No processo de discussão, e isto é absolutamente incontroverso, eu conversei inclusive com o município de Curitiba, que é o maior interessado, que o estado possa integrar esse consórcio, fomos discutindo isto e no âmbito da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente foram incorporadas outras regiões e outros consórcios que o estado do Paraná poderá integrar. E quais foram estes? São aqueles municípios e regiões onde surgiu a demanda, via Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. E o que fez o Deputado Cheida, Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente? Acolheu, no substitutivo geral, essas regiões e cidades. Inclusive a de Foz do Iguaçu, onde há uma emenda do Deputado Dobrandino, que destaca a não participação de Foz do Iguaçu.

Quero dizer a V. Exas. que é um prejuízo. Defendo que a emenda do Deputado Dobrandino seja rejeitada e que o substitutivo seja aprovado na íntegra, que o projeto seja aprovado, que o substitutivo seja aprovado, porque não tenho dúvidas, V. Exas. me conhecem e sabem muito bem que eu não estaria aqui defendendo alguma coisa que eu não tivesse absoluta convicção que estivesse defendendo o interesse público. O projeto é importante para o nosso estado, ele organiza uma questão extremamente complexa.

V. Exa. sabe, num estado como o nosso, temos cerca de 60 aterros sanitários e tem 20 funcionando, hoje. No máximo 20, funcionando ainda de forma não exemplar. E é um grande desafio esta questão que envolve a destinação dos resíduos sólidos. Já disse, aqui, modernamente, saneamento básico tem 4 variáveis, que é a água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem de água pluvial, que é um problema grave. Os 4 serviços são titularidade dos municípios. Este consórcio, você não transfere a titularidade, a gestão, a grande vantagem.

Talvez V. Exas. não puderam se debruçar, mas a lei dos consórcios públicos é das leis mais modernas criadas recentemente neste país, porque ele implica uma gestão democrática, participativa, um conselho de gestão. Todos os atos têm que ter absoluta transparência, publicidade, concordância. Município para integrar o consórcio público tem que ter lei votada pela Câmara de Vereadores, amplamente discutida. E depois, cada um dos atos que este consórcio pratica tem que ser aprovado pelo conjunto dos seus integrantes.

Quero dizer a V. Exas. que o projeto é importante. Quero defender, dizer a V. Exas., ao Deputado Reni Pereira, que fez um questionamento, uma questão de ordem, que o substitutivo do Deputado Cheida é a expressão da vontade do Governo.

Hoje, ainda, alguns Parlamentares, pela manhã, participaram conosco de uma discussão com o Governador Roberto Requião, manifestando a intenção de que o projeto pudesse ser aprovado por esta Casa, a prazos fatais. Em nada altera a licitação que está marcada para o dia 28, que envolve a questão da destinação dos resíduos sólidos de Curitiba e dos municípios metropolitanos.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que esta Casa é soberana. Cada Parlamentar vota de acordo com sua consciência. Como Líder do Governo, quero orientar nossa bancada, as bancadas do PMDB, do PT, que está conosco, do PR, do PMN, os companheiros do PSDB que nos apóiam, ainda outros Parlamentares de outros partidos que têm votado a favor de matérias que são de relevante interesse público, mesmo quando integrantes da Oposição, mas que muitas vezes têm posições muito importantes aqui nesta Casa, quero pedir a todos o apoio para que possamos aprovar essa emenda substitutiva, porque ela efetivamente atende o interesse público, Deputado Rossoni, respondendo de forma muito objetiva as indagações que V. Exa. fez aqui nesta tribuna.

Por isso, o nosso encaminhamento é pela aprovação do substitutivo geral.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Estamos discutindo o projeto agora, porque tem parlamentares me fazendo esse questionamento. O nosso posicionamento é favorável ao projeto, contrário ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Depois de votar o projeto nós votamos o substitutivo. Se o substitutivo cair, não votaremos nem a emenda, é evidente.

Para encaminhar, Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, eu tive a preocupação de pedir informação ao Dr. Andregueto, todos nós sabemos quem é ele, foi Secretário do Meio Ambiente no Governo de Jaime Lerner, e me deu as informações que eu precisava, me dizendo que o projeto apresentado pelo Governo para integrar o consórcio em nada prejudica o andamento do consórcio que aí está.

Agora, o que me traz aqui para pedir aos companheiros, eu votarei a favor sim, desse projeto assegurando a participação da SANEPAR, a não ser que o meu Líder do PDT feche a questão. Caso contrário, Sr. Presidente, eu vou explicar o porquê. Há poucos dias atrás esta Casa recebeu um Deputado Federal da Europa, eu não estava presente, apesar de ele ser meu amigo, muito bem apresentado aos

companheiros pelo Deputado Líder da Oposição, Rossoni. Depois, conversando com ele, ele me dizia: “Cartário se você tiver algum município, pode ser Curitiba, Londrina, Maringá, Fazenda Rio Grande, que queira, temos empresas na Europa interessadas em investir qualquer soma em dinheiro para explorar o lixo. E tem mais: o lixo será produzido através de energia, totalmente diferente do que já existe”. logo após ele me comunicar essa situação voltei a falar com o Andregueto: “Andregueto, mas o que está acontecendo”? Antigamente, Deputado Luiz Carlos Martins, víamos muito interesse no transporte coletivo, era uma loucura, ficavam aí atrás do Governador para subir a passagem, aumentar a passagem, era uma loucura o transporte coletivo.

Agora a coisa voltou para o lixo. Sabe por quê? porque lá uns 4 anos atrás, Sr. Presidente, uma grande empresa que quer explorar o lixo comprou, na cidade de Mandirituba, cento e poucos alqueires a um preço fabuloso para a época. Compraram 150 alqueires de terra em Mandirituba, aí o povo de Mandirituba se levantou, com a participação inclusive de lideranças do próprio PT, e não deixou acontecer o lixo em Mandirituba. Aí se elegeu um Prefeito na Fazenda Rio Grande, esse Prefeito é dono de imobiliária, esse Prefeito adquiriu na Fazenda Rio Grande, assustando inclusive os proprietários, ou vendiam ou passavam, ou corriam risco de ter a propriedade desapropriada. O Prefeito da Fazenda Rio Grande, através de sua empresa AW Imóveis, comprou cento e pouco alqueires de terra. Sabem para quem? Para uma empresa de São Paulo.

Enquanto discutem aqui se o interior entra ou não entra, estou discutindo para que a Fazenda Rio Grande não receba lixo de São Paulo, porque essa empresa já informou que vem o lixo tipo 1 para a Fazenda Rio Grande.

Estou pedindo aos companheiros que votem urgentemente, para que a SANEPAR entre nessa parada, assim evitaremos a especulação imobiliária e o abuso do próprio Prefeito da Fazenda Rio Grande, que quer a qualquer preço o lixo da Fazenda Rio Grande.

Os Vereadores já entraram com um projeto impedindo que lixos de outros municípios cheguem à Fazenda Rio Grande.

A coisa tem que ser resolvida, mas com seriedade. Para V. Exa., Deputado Ademar Traiano, que está pedindo para eu encerrar, é muito fácil, porque Francisco Beltrão não está na parada. É a Fazenda Rio Grande que está sendo vendida para São Paulo. Tenho provas, documentos porque não sou leviano para falar o que não é.

Fiz mais de 30 mil votos no interior, mas não deixei de ser o mais votado na região metropolitana, nos municípios os quais governei.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, não quero saber de partido político, quero saber da Fazenda Rio Grande, que não pode ter lixo de Curitiba e de toda região metropolitana.

Por isso, me associo à SANEPAR, que tem um Presidente decente, honesto. E o Governo do Estado é muito mais honesto que os picaretas de São Paulo.

Sou totalmente favorável. Peço ao Líder Valdir Rossoni que não crie problemas nenhum para que se vote hoje, porque se demorar muito poderá ser tarde e teremos que enfrentar o lixo de São Paulo chegando na Fazenda Rio Grande.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)

Quero dar os parabéns ao Deputado Geraldo Cartário pelo seu discurso brilhante, que colocou realmente o dedo na ferida.

Não consigo entender que alguém nesta Casa, em sua consciência, possa querer atrasar a aprovação desse projeto.

É importante que se diga que interesse está por trás disso.

Todos sabemos a problemática gravíssima dos aterros sanitários. Fui Prefeito em Ponta Grossa e sei, pois até hoje não se resolveu essa questão.

A SANEPAR é uma empresa da mais alta competência técnica reconhecida, não só no Brasil, mas internacionalmente. Tem todas as condições de fazer com muito mais facilidade esse trabalho.

É claro que, no momento que uma empresa como a SANEPAR estabelece uma proposta de preço muito menor do que uma licitação poderia conseguir, vai ficar difícil, qualquer que seja o interesse de qualquer Prefeito com relação a aterro sanitário, ele se esquivar de entregar o aterro para uma empresa como a SANEPAR, a custo muito mais baixo, pela experiência que tem, pela tecnologia e pela facilidade na questão ambiental.

Não vejo motivo nenhum para protelar essa discussão. A Bancada do PT, estão todos os Deputados a favor. Nosso Líder irá se manifestar agora.

Muito obrigado!

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, uma questão de ordem.

(Assentimento)

Quería fazer uma consulta à Mesa. Este projeto já está na 2ª discussão. Parece-me que o projeto que deveria ser votado seria o substitutivo. É a dúvida que eu tenho, porque na medida que for aprovado o substitutivo, estamos discutindo...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou responder à questão de ordem de V. Exa. Ele foi aprovado em 1ª discussão e nós vamos votar, hoje, o projeto. Primeiramente, exclusivamente, o projeto, em relação ao mérito do projeto. Posteriormente, votamos o substitutivo e, quiçá, a emenda. Se for derrubado o substitutivo, não votamos nem a emenda. Então, primeiramente, vamos votar o projeto. V. Exa. quer encaminhar o projeto?

O SR. ELTON WELTER (PT)

Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado Elio Rusch e a Deputada Rosane Ferreira vão encaminhar antes, depois V. Exa.

Com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch, para encaminhar o projeto.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Neste momento, quero fazer uma pequena reflexão daquilo que estamos votando. O estado, junto com o município, pode participar de consórcio porque está regulamentado por uma lei federal. É importante que se diga que a Lei nº 11107/05 dispõe normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Pois bem, vejam, Srs. Deputados, o que diz a lei no seu artigo 8º: “Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.” E assim vão as justificativas.

Vou falar para que fique registrado, ao menos nos Anais da Casa, porque quem sou eu para dizer quem deve prestar atenção ou não, mas para que fique registrado nos Anais da Casa a nossa manifestação para que, amanhã ou depois, não sejamos cobrados. Quero deixar registrada a minha posição como Parlamentar do estado do Paraná.

Parágrafo 4º, artigo 8º da referida lei: “Com o objetivo de permitir o atendimento do disposto à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o consórcio público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues, em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da federação, na conformidade dos elementos econômicos das atividades dos projetos atendidos.” O parágrafo 5º diz o seguinte: “Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as doações suficientes para suportar despesas assumidas por meio de contrato de rateio.” Ora, isso é o que está escrito na lei.

Qual a mensagem que recebemos do Governador do Estado do Paraná? Apenas uma autorização para participar de um consórcio na formação do lixo de sólidos. Qual a participação? O Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, questionou o Líder do Governo - eu estava muito atento, como estou atento na discussão, porque é de suma importância e lamentavelmente poucos estão interessados - qual é a participação do Governo do Estado? Até agora nenhuma resposta. O Governo do Estado vai participar com espécie? Com dinheiro? O Governo do Estado vai comprar área? Vai entrar com equipamento, com maquinários? Não diz nada. Isso é um cheque em branco que estamos dando.

Sabemos que o lixo é um problema sério, não só da região metropolitana, de todos os municípios, não só do Paraná, mas do Brasil inteiro. Diariamente assistimos pelos meios de comunicação, Srs. Deputados, o que está

acontecendo com o lixo, mas não podemos aceitar, de forma alguma, fazer com que o Governo do Estado peça uma autorização da Assembléia Legislativa para participar de um consórcio, sem no mínimo dizer como é que ele vai participar. Deputado Ney Leprevost, com o quê o Governo do Estado vai participar?

Tenho o maior respeito por todos os Deputados, todos os parlamentares, mas acho que tudo o que você faz deve ser amplamente discutido. Não se discutiu quando se implantou o pedágio no estado do Paraná. Foi feita Audiência Pública e ninguém deu o devido valor. Depois que estava criado o problema ninguém reclamou. Quando se tentou e foi privatizado o Banco do Estado, foi feita Audiência Pública e ninguém participou e depois que estava feito todo mundo reclamou. Quando se fez o negócio da COPEL não se consultou e não se falou ao povo do Paraná qual era o objetivo e se mandou uma coisa de cima para baixo.

Agora, Sr. Presidente, pergunto se é dessa forma que vamos continuar legislando, aqui, na Assembléia. As coisas, forçosamente, de cima para baixo? Não. Tem que se discutir com a população. Julgo-me incapaz de fazer análise, uma avaliação profunda, em relação a esse consórcio. Imaginem a sociedade, os prefeitos, para integrar esses consórcios nas mais diversas regiões. Se for bom, é claro que eles vão participar. Não podemos fazer uma lei que venha de cima para baixo e fazer com que o povo engula essa situação.

O Deputado Waldyr Pugliesi, na última quarta-feira, levantou uma das mais importantes questões - não sei se ele está aqui no plenário - quando disse: "Vamos aprovar o projeto." Não se aprova, se retira até o substitutivo e se discute depois com cada região do estado do Paraná.

O Deputado Dobrandino, que já foi Prefeito de Foz do Iguaçu, demonstrou que é contra o consórcio dessa cidade. Será que os municípios de Cascavel, Umuarama, Guarapuava, Apucarana, Londrina, de todas essas regiões vão concordar? Vamos chamar esses prefeitos. Talvez seja um bom negócio.

Vamos usar o bom senso, Srs. Deputados. Vamos aprovar, como disse o nosso Líder da Oposição. Aprova-se o projeto e o substitutivo deixa-se para depois. Mesmo aprovando o projeto, tenho as minhas dúvidas de qual a participação do Governo. Não entendo que o Governo está cumprindo, Deputado Elton Welter, com aquilo que determina a lei federal, que está consignado no orçamento, para o próximo ano. A mensagem está aqui na Assembléia Legislativa. Vamos aprovar a participação do Governo do Estado no consórcio da região metropolitana. A lei federal está clara de que tem que estar consignado em orçamento. É a lei federal que diz isso e não o Deputado Elio Rusch. Uma lei estadual não pode contrariar uma lei federal. Vamos aprovar isso. O Governo do Estado participa do consórcio, mas aí ele vai alterar a mensagem que vai para a Assembléia.

Está aqui o orçamento. Ele tem que consignar no orçamento do próximo ano. A rubrica orçamentária para atender os dispositivos da lei federal. É isso que entendo. Assim que temos de legislar, é dessa forma que temos que agir como parlamentares: não sendo contra. É bom, discute-se com os prefeitos; não é bom, vamos ouvi-los, eles vão dizer se querem ou não. Alguém disse aqui que foi discutido com os prefeitos. O Deputado Valdir Rossoni disse agora há pouco que recebeu uma ligação que nem o Prefeito de Curitiba está convencido que seja um bom negócio. Ora, se no maior município do Paraná não se tem ainda esse entendimento, que esse consórcio que já existe, com a participação do Governo, se é bom ou não, vamos ouvi-los, vamos parar de usar o rolo compressor! Tem que ser feito agora!

Alguém me disse mais: que a SANEPAR vai participar. Ouvi falar. Mas, onde está escrito que a SANEPAR vai participar? Em lugar nenhum. Então, se esconde dos parlamentares quem vai participar desse consórcio. O Governo do Estado através da SEDU? Da COMEC? Da COPEL? Da TECPAR? Do IAPAR? Quem vai participar? O diz-que-diz é uma coisa. O que vale é o que diz a lei. E o que tem que ser cumprido é a legislação federal. Isso eu entendo por legislar.

Agradeço a atenção dos Deputados que me ouviram e para quem não ouviu, tenho certeza que haverão de votar de acordo com as suas consciências.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente quero iniciar a minha fala parabenizando a Prefeitura de Curitiba, bem como os 14 outros municípios que hoje compõem o Consórcio da Região Metropolitana para dar destino final a resíduos sólidos.

Parabenizo pelo trabalho que os técnicos desses municípios desenvolveram nos últimos meses e pela iniciativa de colocar em uma página da internet, um protocolo de intenções, bem como uma minuta, um edital de licitações. Isso é muito interessante para toda a sociedade. Hoje, temos vários técnicos acessando a internet e dando palpites, sugestões no projeto. Isso é louvável e está de parabéns.

Com relação à questão da entrada do estado nesse consórcio, a primeira vez que vi a mensagem do Governo, achei muito interessante. Primeiro, porque embora seja uma prerrogativa dos municípios dar um destino final aos seus resíduos sólidos, eu entendia que a entrada do estado no consórcio poderia colaborar para a integração da política entre os diversos municípios.

Nos posicionamos favorável, tanto é que o Líder do nosso bloco, o Deputado Reni Pereira, foi Relator da Comissão de Finanças, deu parecer positivo, foi Relator na CCJ, deu parecer positivo e nós, dentro da Comissão do Meio Ambiente, o nosso Relator foi o Deputado Cheida e eu assinei como Presidente, também com o parecer positivo.

Logo na sequência, e o Deputado Cheida já explicou isso na Sessão passada, veio a história do substitutivo geral, colocando a intenção do estado para entrar em outros consórcios que hoje nem existem. E isso me parece muito estranho. Embora eu tenha assinado como membro da Comissão de Saúde, o substitutivo do Deputado Cheida, hoje quero encaminhar no sentido de darmos parecer favorável e aprovarmos a entrada do estado no consórcio já constituído, que é o CONRESOL, que é o consórcio de Curitiba e região metropolitana, discutirmos e dar o parecer negativo com relação aos demais municípios.

Entendemos perfeitamente a intenção do estado e a intenção da SANEPAR. Hoje a Lei de Saneamento Básico diz que quando o município ingressa dentro do consórcio, ele poderá criar uma forma de gerar esses resíduos. Isto vai dar, então, para a SANEPAR, a autonomia para poder discutir isto.

Eu também me preocupo bastante com a questão da SANEPAR, bastante, Deputado Stica. Por que eu me preocupo? Araucária, uma cidade que tem uma arrecadação, que não é segredo para nenhum dos senhores, que é responsável que naquele município 23% do ICMS é gerado, Araucária tem hoje 30% de esgoto tratado, Deputado, 30%. Colombo, o Deputado Strapasson me dizia que tem 18% do seu esgoto tratado. Contenda tem 0%.

Então, isto me preocupa muito, muito. Não estamos conseguindo e a SANEPAR até hoje não conseguiu fazer esta lição de casa. Eu concordo com a entrada, mas vão ter que nos provar esta competência técnica. Não é a experiência de Cianorte que dá lastro para a SANEPAR. Cianorte produz hoje o quê? Trinta toneladas de lixo? Quanto nós vamos produzir aqui? Quanto vai ter que gerenciar? Duas mil e setecentas toneladas?

Então, é esta a questão que temos que levar em consideração.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu queria comentar, fazer o meu pronunciamento e que os Srs. Deputados ficassem atentos àquilo que vou questionar, que vou falar em nome dos prefeitos da minha região que, supostamente, estariam envolvidos nesse consórcio.

Primeiro o Governo mandou o projeto para a Assembléia, e eu entendo até, aqui da região metropolitana, já houve uma discussão, é urgente. Tem que, na verdade, aprovar esse projeto com urgência. É urgente aqui a criação, achar uma nova alternativa do aterro da Cachimba que está saturado - tudo bem. Mas foi criado na Assembléia um substitutivo geral, incluindo várias regiões, inclusive a nossa, Sr. Presidente.

Vejam só, vou falar para os Srs. Deputados, o que o Prefeito de Medianeira, região próxima de Foz, cobrou de mim. Pois bem...

(ininteligível)

... consórcio, não sei de nada, ninguém falou conosco, mas temos em Medianeira um aterro sanitário, inclusive, melhor que a grande maioria que tem no Paraná, aterro novo lá, nós coletamos o lixo, vai para esse aterro, o custo é mínimo. Será que o lixo, agora indo para Foz do Iguaçu, eles vão comprar o lixo de nós? Ou eu vou ter que pagar para levar lá e pagar para enterrar no aterro de Foz do Iguaçu? Não sabemos.

Então, é uma confusão! Vejam só, Foz do Iguaçu é uma cidade que tem, Sr. Presidente, um único acesso via terrestre, o único acesso, a BR-277. De um lado é o Parque Nacional e do outro lado o lago de Itaipu, que em muitos locais ele vem até às margens da BR-277. Todos esses municípios vão transportar o lixo pela BR-277, a não ser que vá de helicóptero, vejam só, para Foz do Iguaçu, uma cidade que vive do turismo - os hoteleiros estão em pé de guerra - ninguém falou com eles.

Para fazer isto, Sr. Presidente, tem que fazer uma Audiência Pública na cidade, saber se o povo concorda. Eu fui Prefeito de Foz do Iguaçu por 2 mandatos e sofri muito, Deputado Caíto, me incomodei muito com os chamados aterros sanitários, até que conseguimos um local em Foz do Iguaçu e, com a ajuda do Governo, da Secretaria do Meio Ambiente e do IAP, fizemos um aterro, se não o mais moderno do Brasil, mas o mais moderno, disparado, do Paraná.

Foz não tem problema, hoje, com aterro sanitário, atende muito bem. Agora, aceitar de mais 8 ou 10 cidades levar o lixo para Foz do Iguaçu, como será amanhã? Claro que o pessoal tem razão de estar em pé de guerra com isto!

Por isto eu fiz uma emenda, estou defendendo a minha região e imagino que os outros Deputados vão defender as suas regiões. Eu fiz a emenda para tirar Foz do Iguaçu desse substitutivo geral, porque os Vereadores estão me pedindo, os empresários estão me pedindo e eu tenho que atender, na verdade, os interesses da minha cidade!

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é complicado, os prefeitos que têm aterro sanitário agora ficam sabendo que o lixo vai todo para Foz do Iguaçu, fica complicado! Temos que passar por uma discussão para sabermos o que é que vai acontecer. Depois de muita discussão já temos um aterro que está atendendo as nossas necessidades. Agora, trazer lixo de outros lugares eu não posso admitir e vou brigar defendendo a minha cidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para facilitar o andamento dos trabalhos quero esclarecer a V. Exas. o seguinte: para votar contra o projeto, o próximo inscrito é o Deputado Luiz Carlos Martins e encerraram-se os 5.

A favor do projeto discursaram os Deputados: Romanelli, Péricles e Dobrandino. Restam agora os Deputados Cheida e o Elton, aí eu tenho que colocar para votar. São 5 de cada lado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, é um assunto polêmico, palpitante e que está cheio de dúvidas aqui nesta Casa. Eu queria consultar V. Exa.: a questão de ordem levantada pelo Deputado Durval Amaral, V. Exa. ainda não proferiu a decisão e talvez essa decisão venha trazer uma luz ao fim do túnel dessa questão aqui na Assembléia Legislativa.

Confesso a V. Exa. que é um assunto polêmico...

Sr. Presidente, entendo que V. Exa. não consegue ouvir duas pessoas ao mesmo tempo. Eu aguardo V. Exa. conversar com o Deputado Romanelli e eu continuo, depois, a formular a minha questão de ordem.

Sr. Presidente, o que eu entendo é o seguinte: recebi informações que se votarmos o substitutivo geral não poderíamos votar a emenda do Deputado Dobrandino, ela ficaria prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado, dependendo do resultado da votação do substitutivo...

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Pois é, mas se for aprovado o substitutivo, está prejudicada a emenda do Deputado Dobrandino.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ao contrário...

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, a informação que eu tenho é que aprovando o substitutivo fica prejudicada a emenda do Deputado Dobrandino.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ao contrário, Deputado Nereu Moura, se rejeitar o substitutivo a emenda está prejudicada, porque a emenda é ao substitutivo.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Se aprovar o substitutivo podemos votar a emenda do Deputado Dobrandino?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A emenda é ao substitutivo.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

O senhor veja, Sr. Presidente, é aí que está a dúvida, porque se aprovarmos o substitutivo vamos estar criando o consórcio de Foz... na verdade estamos criando aqui um hiato jurídico.

Deputado Durval, V. Exa. que é nosso orientador constitucional desta Casa, muito embora o Deputado Presidente tenha experiência e condições de suprimir estas divergências, mas confesso que estou em dúvida em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Nereu, vou responder à questão de ordem de V. Exa.: a emenda do Deputado Dobrandino suprime a letra "C", se não me falha a memória, do substitutivo, então primeiro vota o projeto, depois vota o substitutivo. Derrubou o substitutivo, não se vota nem a emenda. Aprovou o substitutivo, vota a emenda do Deputado Dobrandino. É muito claro.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) **(Pela Ordem)**

Ouvi até agora os encaminhamentos todos favoráveis ao projeto, que é o que está em discussão. A divergência está em relação ao substitutivo que será votado na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É esta confusão que estou tentando esclarecer faz algum tempo. Não estamos sequer mencionando o substitutivo. Vocês é que estão mencionando. Estamos votando o projeto. Vocês encaminharam o projeto. A única Deputada que mencionou o substitutivo foi a Deputada Rosane Ferreira, ninguém mais falou em substitutivo. Portanto, deixa o substitutivo para daqui a pouco.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Todos foram favoráveis até agora nas falas que eu ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cinco da Situação, cinco da Oposição.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. ELTON WELTER (PT) **(Para Encaminhar)**

Todos os Deputados fizeram o encaminhamento favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sim, estou dividindo 5 de cada lado.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Mas ninguém encaminhou contrário, é isso que foi encaminhado. Sugiro que os inscritos, também estou inscrito, me proponho a falar no substitutivo, talvez o Deputado Luiz Carlos Martins e o Cheida, depois votamos o projeto e depois discutimos o substitutivo e aí, talvez, tendo acordo, votamos o projeto e...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Queria comunicar a Casa, como V. Exa. sabe, estamos conversando neste plenário, estamos discutindo uma questão de interesse público e infelizmente existe uma interpretação equivocada sobre uma matéria importante e relevante. O entendimento do Governo, que foi traduzido através da emenda substitutiva formulada pelo Deputado Cheida, é que aqueles municípios que já estão elencados no texto do substitutivo são municípios que já estão se

organizando para formar consórcios. O entendimento do Governo é que se é para beneficiar Curitiba e região metropolitana, também temos que beneficiar o interior. O entendimento é o seguinte: tem que ser votado o substitutivo e aprovado o substitutivo. A questão de Foz do Iguaçu é a questão pontual do Deputado Dobrandino.

Quero dizer que é importante dizer isso, porque senão vamos retirar a mensagem. A questão é importante, é relevante. Digo isso porque é uma questão importante que tem que ser votada, os prazos são muito curtos. Estou falando como uma questão de ordem, porque queria que esta Casa pudesse deliberar este tema, porque se não votarmos, vamos efetivamente retirar a mensagem, porque senão não tem sentido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou responder à questão de ordem de V. Exa. Aliás, o Deputado Valdir Rossoni, tão logo iniciou a sua fala, sugeriu que houvesse - e vou concordar plenamente com ele - que houvesse um diálogo entre as lideranças da Casa. Vou propor, vou avocar para mim uma responsabilidade que não costumo fazê-la, mas vou fazer. Vou propor às lideranças e a Sras. e Srs. Deputados que adiemos essa discussão, não para o final, adiemos para amanhã, porque aí podemos sentar durante a parte da manhã, discutir as lideranças. Nós retiramos da pauta de hoje. Tenho certeza absoluta que o objetivo de todos os Deputados é o mesmo.

Se eu escuto o Deputado Elio Rusch que estamos votando no afogadilho, não estamos, porque esse projeto já está há algum tempo aqui, mas não se discutiu, alguns municípios querem, outros não querem. O que custa suspendermos essa votação para amanhã?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero dizer que V. Exa. não é Presidente de presente, é por competência. Quero concordar com V. Exa., me somo e tenho feito aqui um apelo aos Srs. Parlamentares. Vamos adiar um dia, não vai causar prejuízo ao projeto, vai aperfeiçoar, vai ampliar o debate. Amanhã poderemos fazer uma reunião às 10h00 no seu gabinete, com o objetivo, sim, de atender às reivindicações de todos os municípios que interessam. Por essa razão que está se tornando polêmico. Se não fosse polêmico, não teria todo esse trabalho.

Cumprimento V. Exa. pela postura.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, me submeto ao Plenário. Se houver um requerimento de adiamento, aceito votar o requerimento do adiamento, embora quero dizer o seguinte: que muito provavelmente vai significar a retirada da mensagem desta Casa, mas eu aqui me submeto à decisão da maioria, inclusive da minha bancada, que eu quero ver a posição da minha bancada.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nem a favor nem contra, muito pelo contrário, até porque quero saber o que estou votando. Sei que esse projeto está na Casa há muito tempo, mas a maioria aqui não sabe o que realmente está acontecendo. Vou falar baixo, porque aqueles que gritam acabam afastando as pessoas.

Sr. Presidente, é da maior importância, Deputado Dobrandino, o que nós estamos votando aqui. E nós sabemos o que é que nós estamos votando. A maioria aqui não sabe o que está votando. Aí V. Exa., Deputado Presidente Nelson Justus, tem toda razão. E eu não pediria por uma Sessão, não. Pediria por umas 5 Sessões, porque Deputado Cheida, eu nunca vi o lixo valer ouro dessa forma. O lixo valendo ouro! E agora os Deputados todos estão procurando informações a respeito desse projeto que é da maior importância. Aí vem o Deputado Geraldo Cartário e diz: "O município da Fazenda Rio Grande comprou uma área. Alguém comprou e disse que foi o Prefeito, de 100 alqueires, R\$ 6 milhões, por uma empresa de São Paulo, e pelas informações que temos, esse terreno lá na Fazenda Rio Grande, não foi o Deputado Cartário que me disse, esse terreno não é apto para fazer um aterro sanitário, como não é apto o aterro do Caximba, próximo ao histórico Rio Iguaçu. O terreno, eu não sou técnico, Deputado Cheida diz assim e eu concordo com isso. Ali não é o local, é perigoso. O que me chama a atenção, Deputado Elio Rusch, veio aqui, o Deputado Rossoni fez um questionamento ao Deputado Líder do Governo, que achei interessante. Várias tratativas já foram feitas. Estamos na metade do caminho e essas tratativas serão respeitadas ou não. Eu entendo e só vou fazer uma observação: Veja a questão das regiões metropolitanas, até hoje as regiões metropolitanas não foram organizadas pelo Governo, Deputado Carlos Simões, ou foram?

Não foram! É de urgência. É isso que me preocupa. Não estou discutindo aqui se a SANEPAR tem condições, se não tem. Mas, quem vai comprar o terreno no município, quem vai cuidar disso? Quem vai gerenciar isso? Agora entendo também, Deputado Duílio Genari, V. Exa. que já foi Prefeito. Entendo que a Câmara de Vereadores de cada município deve aprovar ou não entrar nesse consórcio.

Na verdade nós não sabemos o que estamos votando. Há muitos interesses. O lixo está valendo ouro. E por que, de repente, esse lixo passa a valer ouro?

Eu até gostaria de saber - Deputado Geraldo Cartário veio aqui e disse: "Assim vem o lixo número 1, de São Paulo." Deputado, qual é esse lixo número 1, ele pode nos enriquecer com esses dados, o que seria esse lixo número 1 que vem de São Paulo para a região metropolitana de Curitiba? Todo mundo quer saber! Aproveitando o experiente ex-Deputado Natálio Stica, que é Diretor da SANEPAR, poderíamos fazer aqui uma grande discussão. A SANEPAR fala, o IAP fala, os municípios, o Pre-

sidente, enfim, o Governo fala através da SANEPAR e aí todos vão ter noção do que estão votando.

Deputado Cartário, o que é lixo número 1 que vem de São Paulo? Isso é muito grave e nós vamos votar assim? Deputado Durval, sei que V. Exa. está questionando e seu questionamento é muito importante. Não podemos votar no afogadilho.

Sr. Presidente, faço um apelo aqui, ao Deputado Romanelli, Líder do Governo, à Bancada do Governo, que tiremos esse projeto, por no mínimo 5 Sessões. E vamos discutir aqui neste plenário. É um apelo que faço, tenho certeza que é de toda a sociedade paranaense, porque é da maior importância. Deputada Beti, V. Exa. que foi Prefeita de Colombo, sabe que o aterro da Caximba não tem mais condições, exauriu por si só. Precisamos resolver essa questão.

Mas Colombo vai ter um aterro, Campo Largo vai ter um aterro, Fazenda Rio Grande vai ter um aterro, São José vai ter um aterro. Quem é que vai administrar esses aterros, quem é que vai comprar a área, quem é que vai cuidar, gerenciar, tudo isso nós queremos saber. Vai ser feita uma licitação para que as empresas participem? Uma terceirização do lixo? Quem é que será o terceirizado nessa história? Nós não sabemos o que nós estamos votando! Essa é que é a grande verdade! Peço encarecidamente, Deputado Nelson Justus, Líder do Governo Deputado Luiz Claudio Romanelli, tiremos esse projeto por 5 Sessões. O Governo tem interesse, todos nós temos, esse é o apelo que eu faço.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Welter para reencontrar também.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, a lei dos consórcios públicos que foi sancionada, a nível federal em 2005, foi regulamentada neste ano. Os municípios têm autonomia para trabalhar essa questão dos resíduos sólidos. São os municípios que mandam no lixo. É importante celebrar consórcios, porque diminui custos, otimiza equipamentos. Porque são inviáveis muitos aterros sanitários? Por falta de questão técnica operacional. Por isso, é importante juntar em consórcio e fazer esta decisão. Municípios que não tiverem o plano de saneamento básico ficam excluídos de acessar recursos do Governo Federal. Instrução Normativa nº 046 e Instrução Normativa nº 047, do Ministério das Cidades.

Esta é uma lei meramente autorizatória para celebrar consórcios. E daí, sim, os prefeitos vão se reunir nas suas cidades e ver quem tem interesse. A regra é: municípios que estejam num raio de 50 quilômetros poderão se consorciar se houver interesse. Para quê? Para tratar melhor do lixo, para viabilizar os aterros sanitários. Esta é a intenção da lei.

Esta lei, Deputados, está meio “manca”. Mas, temos a solução! É muito simples! Somos legisladores.

Se tem pressa para atender o consórcio de Curitiba, vamos votar. E vamos votar com o substitutivo do Cheida, porque também tem pedidos de outras cidades que têm pressa. E na sequência, sancionada a lei, emendamos a lei, atendendo interesses de outras cidades-pólo, que reúnem volume de lixo.

Então, nesta lei estamos autorizando, fazendo com que os prefeitos possam sentar, discutir e deliberar se vão tratar o lixo de forma colegiada, para conseguir viabilizar que os aterros sanitários sejam mais eficientes, tratando da questão ambiental e fazendo com que o custo seja menor. Aliás, os recursos, de acordo com a lei federal dos consórcios, estão todos condicionados a ter o plano de saneamento básico para receber recursos de consórcios, equipamentos, caminhões, tratores e outros assuntos. Precisa ter esta lei!

Então podemos esperar, haja vista que tem, inclusive, edital marcado aqui para Curitiba. O ideal seria que o substitutivo contemplasse a todos os municípios-pólo, de acordo com o plano inicial, que a própria SANEPAR nos trouxe, que poderia contemplar 98% dos municípios-pólo, podemos, quando a lei for sancionada, fazer a alteração da lei incluindo Pato Branco, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon, seja onde for.

Acredito que isto seja razoável, do ponto de vista desta Casa, na medida em que há pressa neste sentido. E Dobrandino, Medianeira tem, de fato, um aterro bom. Mas quem vai fazer parte, pelo que fiquei sabendo, de Foz, serão os municípios mais perto, Santa Terezinha de Itaipu, até porque a distância não é viável. Correr de caminhão de Medianeira, são mais de 60 quilômetros. Então, é uma distância grande, não viabiliza.

Então, vejam só, faço esta defesa no sentido de votarmos o projeto, votarmos o substitutivo. A lei é meramente autorizatória. Não há preocupação dos prefeitos. É o Prefeito quem decide se vai participar de consórcio ou não. É uma Audiência Pública que precisa ser feita entre os municípios que querem fazer parte deste consórcio.

Zucchi, vamos votar junto com o projeto e com o substitutivo. Estou fazendo este apelo para os Deputados, e depois, tão logo sancionada, emendamos o projeto, de acordo com a vontade, onde poderão ser celebrados consórcios, onde há volume de lixo para tratar de resíduos sólidos urbanos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Quero voltar a V. Exas. para fazer a proposta que fiz há pouco: nós retiramos. Marcamos, desde já, uma reunião com todas as lideranças e mais os Deputados que queiram estar aqui presentes amanhã, no gabinete da presidência e, dependendo do acordo, colocamos na Ordem do Dia de amanhã ou na de quarta-feira.

Não há requerimento de nenhum Deputado, é uma proposta da presidência.

O SR. EDSON PRACZYK (PRB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, fiquei com dúvida porque me parece que é um caso ímpar, nunca antes aconteceu algo semelhante, um projeto já em discussão e já tendo sido retirado...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O projeto nem poderia ser retirado mais, Deputado, porque já foi retirado da pauta. A presidência está avocando para si a responsabilidade de tentar resolver um impasse. Estou tentando resolver um impasse, só, para que não se alegue amanhã, como alegou o Deputado Elio Rusch que nós estamos votando alguma coisa que sequer conhecemos. O Deputado Valdir Rossoni sugeriu que nós discutíssemos, transferíssemos esse item para o último item da pauta para que pudéssemos, na sala de reuniões, discutir entre as lideranças. Estou propondo um pouco mais, que nós nos sentemos todos à Mesa e discutamos em iguais discussões, durante uma manhã; não conseguindo chegar a nenhum denominador comum, não coloco na pauta, na Ordem do Dia, pois essa prerrogativa é minha.

Então, é isso que estou sugerindo a V. Exas. em nome do equilíbrio e do bom senso, independente de qualquer questão regimental.

O SR. EDSON PRACZYK (PRB) (Pela Ordem)

O que eu temo, Sr. Presidente, não estaríamos abrindo uma prerrogativa e ferindo o Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É um precedente que esta presidência está correndo o risco. Estou avocando para mim a responsabilidade. O Plenário é soberano nesse caso. Também se eu quiser, não coloco nem na Ordem do Dia. Vocês sabem que essa prerrogativa é da presidência. Estou querendo ajudar, tentar clarear.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, posso colocar aqui para V. Exa. o que reflete a opinião da grande maioria dos parlamentares aqui. Quero dizer que V. Exa. pode retirar, mas na verdade nós não conseguimos o entendimento das lideranças aqui e a grande maioria deseja votar o projeto. Eu quero dizer o seguinte: estou preparado para votar, já tomamos a nossa posição, apenas queria dar a minha contribuição. Então, quero dizer que não há entendimento do Plenário para adiar a votação. É uma prerrogativa do Presidente, mas não há uma concordância das lideranças.

Eu, como Líder da Oposição, tenho a obrigação de comunicar V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu lamento Deputado Rossoni que V. Exas. tenham mudado de opinião muito rápido. Perfeitamente, lamento, é muito ruim isso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Por favor, Sr. Presidente. Quero dizer a V. Exa. o seguinte: nada é ruim. O que estou comunicando a V. Exa. é o seguinte: ouvindo os líderes aqui - eu pessoalmente não sou Líder de ninguém - ouvi os líderes aqui e não posso deixar de espelhar a realidade, eu me submeto à maioria. Por essa razão, quero dizer a V. Exa., V. Exa. pode até não gostar do que estou dizendo, mas dizer que é ruim não, porque estou no exercício pleno do meu mandato, por essa razão quero que V. Exa. entenda, eu falei com o Líder do PDT, do Bloco Independente, dos Srs. Parlamentares, e todos discordaram do meu posicionamento. Por isso eu me submeto à maioria. Então, me desculpe, não quis jamais discordar de V. Exa., mas me permita, eu também não posso ser diminuído.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exas. encaminharam primeiro o requerimento de inversão de pauta, depois não querem mais a inversão de pauta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Nós retiramos o requerimento porque não havia concordância das lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não sei o que essas tais lideranças mudam tanto de idéia, é difícil para mim.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Não, V. Exa. está concluindo erradamente, é que nós estamos vivendo aqui um debate muito forte Sr. Presidente, por esta razão eu me submeto a deliberação de V. Exa. Mas não me submeto às considerações que V. Exa. está fazendo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, queria que V. Exa. então colocasse o requerimento de inversão de pauta em votação. Primeiro quero considerar o seguinte: acato a decisão de V. Exa. de avocar o projeto e retirá-lo da Ordem do Dia.

Primeiro, quero dizer que respeito a decisão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero deixar bem claro o meu posicionamento desde o início.

Tenho procurado presidir as Sessões com a maior isenção de ânimo possível. Ora, se escuto o tempo todo, de diversos Deputados, e de Deputados preparados, que não se encontram aptos a votar tal matéria. Ora, todos encaminham favorável o projeto, não vi ninguém encaminhar contra.

De repente, sugiro e acato a sugestão de, ao invés de invertermos a pauta e fazermos uma reunião de lideranças que dura 15, 20 minutos e, muitas vezes, não se leva a um bom arremate. Vamos transferir essa votação para amanhã e discutirmos todos juntos no gabinete da presidência.

Fico numa posição delicada. Esta presidência se coloca à disposição para discutir o problema, para evitar votarmos alguma coisa que não conhecemos. O que também não é verdade. Este projeto está tramitando há um bom tempo nesta Casa. É um projeto importantíssimo. Envolve situações sérias, como levantou o Deputado Geraldo Cartário, da sua região. O Deputado de Umuarama a mesma coisa, lá é mais sério. O Ministério Público já está multando a cidade. Será que não podemos reunir as lideranças numa sala? É o mais fácil. Quero pedir a todos o apoio para retirar a matéria da pauta de hoje e colocar amanhã, depois da reunião entre as lideranças do partido.

Portanto, o item 03 retiro da pauta, em nome do bom senso e do equilíbrio desta Casa.

Espero não precisar fazer isso outra vez.

Redação Final

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 198/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/07, de 02/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 678/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a construir o Hospital Regional Filantrópico no município de Toledo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111/07, de 13/09/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a padronização de documentos públicos do estado do Paraná em formato ODF. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Aprovado o projeto.

Em discussão a emenda. Em votação a emenda. **Aprovada.**

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 623/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 8207 de 26 de dezembro de 1985. (Imóvel). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 675/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/07, que autoriza o Poder Executivo a, por meio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, efetuar a doação, ao município de São José dos Pinhais, de área conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 033/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de outubro de 2007. Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/07, de autoria dos Deputados Mauro Moraes, Dr. Batista, Cleiton Kielse, Edgar Bueno e Ademar Traiano, que isenta motocicletas e similares do pagamento de pedágio, na forma que menciona. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC. **(Publ. no DA nº 020/07, de 02/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER CONJUNTO AOS PROJETOS DE LEI
NºS 192/07, 281/07 E 473/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei ora sob escólio pretende isentar do pagamento de tarifa de pedágio motocicletas e similares, na forma que menciona.

Legitimidade e Constitucionalidade

Como aspecto inicial necessária a aferição da iniciativa para propositura do presente projeto. Para tal desiderato, mister que se consulte o artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Pois bem, vendo-se que a competência está conforme exigência constitucional, prossegue-se na análise.

Esta propositura tende a efetivar um princípio constitucional da isonomia, posto que existem inúmeras pessoas que gozam deste benefício isento. Ademais, não se pode conceber neste passo esta distinção infundada entre usuários das vias pedaguiadas.

Porquanto, o que deve prevalecer neste ponto é a isonomia, princípio constitucional pelo qual não há que se diferenciar os que estejam numa situação fática equivalente.

Na mesma esteira, há que ser lembrado o princípio constitucional da livre locomoção, fator este que diversas vezes mostra-se obstaculizado pela ausência de via alternativa para circulação dos veículos. Ora, exigir que se pague tarifa para circulação é situação que não permite a plena aplicação de princípio constitucional.

No que atine ao aspecto de impacto econômico-financeiro, necessários os seguintes esclarecimentos: não haverá, a bem da verdade, qualquer espécie de prejuízo em referência à arrecadação das empresas. E isto é obtido pelo entendimento de que as motocicletas não tendem a desgastar a rodovia pela qual trafegam na mesma proporção dos demais veículos, tais como automóveis e caminhões. Ora, nada se mostra mais condizente com a igualdade que ofertar tratamento diferenciado para quem está em situação diferente.

Outro fator extremamente relevante é constatado quando se apercebe que as motos que pagam tarifas de pedágio no Paraná são prestadoras de serviços. Em sendo assim, acabam por repassar este ônus para o preço final praticado ao consumidor. Deve ser ressaltado, portanto, que esta isenção a ser ofertada pode beneficiar plenamente os consumidores de nosso estado.

Especificamente, no que se refere à Lei Complementar 101/00, nada há que possa vir a obstar o trâmite do presente projeto, devido à ausência de impacto econômico-financeiro.

Aperfeiçoando a análise, tem-se que atentar para o cumprimento da Lei Complementar nº 095/98, que traça ditames concernentes à técnica legislativa. Nada há, pelo escólio realizado, que possa evitar a aprovação do presente projeto.

Conclusão

Em sendo assim, em sede de parecer, somos pela aprovação do projeto, pelo respeito a legalidade e constitucionalidade e mais, pela efetivação do princípio da isonomia.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER CONJUNTO AOS PROJETOS DE LEI
NºS 192/07, 281/07 E 473/07

P A R E C E R :

Os grandes líderes populares, nobres Deputados Mauro Moraes, Dr. Batista e Ademar Traiano, têm marcado o exercício de vossos mandatos populares, com total coerência e fidelidade às camadas de baixa renda de nosso estado. Constantemente os nobres Deputados submetem à apreciação desta Casa de Leis, projetos de fundo profundamente social. É muito bom o povo poder contar com líderes inteligentes, humanitários e tão sensíveis às dificuldades econômicas da maior parcela dos habitantes deste Paraná.

Com os projetos 192, 281 e 473/07, os dignos Deputados pretendem isentar do pagamento de pedágio motocicletas e similares. Poucas motocicletas têm caráter meramente de lazer de seus proprietários. A quase totalidade é usada como ferramenta de trabalho de seus proprietários, que visam economizar a tarifa nos ônibus. É o meio que utilizam para enfrentar as durezas financeiras do dia-a-dia. Os proprietários das concessionárias ganham milhões explorando as praças de pedágio. Por não causar nenhum impacto financeiro aos cofres públicos e, pelo caráter social do benefício pretendido pelos colegas Deputados, nosso parecer é favorável à aprovação deste projeto, louvando o espírito cristão e humanitário de seus autores.

Sala das Comissões, em 22.08.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PARECER CONJUNTO AOS PROJETOS DE LEI
NºS 192/07, 281/07 E 473/07

P A R E C E R :

Os Projetos de Lei nºs 192, 281 e 473/07, de autoria dos Deputados Dr. Batista, Mauro Moraes e Ademar Traiano, que objetivam a isentar motocicletas e similares do pagamento de pedágio, foram anexados através de requerimento em 07 de agosto de 2007.

As proposições já receberam pareceres favoráveis da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, entende que as proposições, anexadas, objetivam isentar motocicletas e similares do pagamento de pedágio, contemplar uma parcela de veículos que, pelas suas características, não causam danos às estradas e rodovias, muito menos ao meio ambiente.

Sendo assim esta comissão, emite seu parecer favorável às Proposições nºs 192, 281 e 473/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão. Em votação.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, este projeto dos colegas Deputados Mauro Moraes, Dr. Batista, Cleiton Kielse, Edgar Bueno e Ademar Traiano, tira do pagamento do pedágio os motociclistas e similares na forma que menciona. Como legislador, quero me posicionar com relação a este projeto.

Não estive quando foram feitas as concessões de pedágio, não sou advogado das concessionárias e não sou contra os motociclistas do Paraná, mas, foi votado um projeto como este no Espírito Santo - a Lei nº 7304/02 - que excluía os motociclistas do pagamento do pedágio nas rodovias estaduais daquele estado e a lei foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal pela Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 027. O Relator da época, o Ministro Eros Grau, afirmou que a lei em questão produz efeitos diretos no contrato de concessão celebrado entre o Poder Executivo Estadual e a pessoa jurídica de direito privado: “o texto normativo atacado ao conceder isenções e descontos nos pedágios, altera substancialmente o contrato celebrado e importa em ingerência do Legislativo, em campo próprio da atividade administrativa.”

O Ministro ressalta o fato de haver redução de receitas da contratada sem compensar as perdas, o que provoca desequilíbrio em relação ao contrato. Apesar das tarifas em nosso estado estarem um absurdo de caras, não é este o meio. Não é isentando uma parte dos usuários que vamos resolver o problema dos custos altos das tarifas. Hoje, podemos alegar que um motoqueiro causa pouco impacto físico na rodovia, mas se ele cai, sofre um acidente, precisa ser atendido pelas ambulâncias que estão no contrato do serviço. Então, como vamos resolver isso? Se der a isenção para alguns, precisa corrigir a tarifa de outro ou não fecha a conta. O que precisamos fazer - que este Poder Legislativo já está fazendo - é a discussão ampla para melhorar e fazer com que as tarifas de pedágio sejam justas, ou seja, tenham um preço compatível de ser pago.

Certamente, se esta lei for votada e sancionada, ela vai ser derrubada. É uma mera luta política. Este Poder não pode ficar votando leis que sabemos que vão cair. Com todo respeito aos autores, mas é brincar com a inteligência dos paranaenses. Aliás, Sr. Presidente, V. Exa. que encampou a luta pelo processo legislativo interno, este é o sonho deste Parlamentar. Quando vim para cá, eu sempre primei que não é a quantidade de leis, mas a qualidade das leis que precisamos apresentar, definir e votar neste plenário. Eu sei que, talvez, amanhã, muitos podem me criticar porque fui contra, podem dizer que estou defendendo os interesses das concessionárias, mas não é isso. Temos grandes críticas, acredito que precisamos trabalhar intensamente envolvendo as concessionárias e o Governo do Estado para tentar abaixar as tarifas, mas para o conjunto da sociedade.

Aqueles que são isentos já está estabelecido no contrato e não podemos alterar isso. Então, para o bem desta Casa, para não cair em constrangimento, defendo que sejamos contrários a este projeto. Esta lei vai ser derrubada, depois, no STF, a exemplo da Lei nº 7304 do estado do Espírito Santo, que o Supremo Tribunal Federal declarou-a inconstitucional. Com todo respeito aos autores do projeto, peço que os demais Deputados votem contrários a esta iniciativa.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Estamos discutindo hoje com o Diretor Geral que coordena as concessionárias do Paraná, em uma possível redução dos valores do preço nos pedágios do Paraná, em um todo.

No caso específico dos motociclistas estudamos a matéria, visualizamos os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, onde em alguns pontos sequer aparece na tabela preço para os motociclistas. Por que isso? Hoje, no Paraná, uma motocicleta paga a metade do preço de um veículo. A média que temos é a metade do preço de um veículo. Um veículo que em média pesa uma tonelada e meia e uma moto que pesa 160 a 250 quilos. Por isso estamos simplesmente tentando mostrar aos proprietários dessas concessionárias, que o impacto financeiro na manutenção, no custeio das rodovias perante os motociclistas é ínfimo perante um veículo, ou um caminhão, ou um ônibus, ou qualquer veículo automotor. Queremos impor algumas mudanças, que vamos discutir junto ao DER e com as concessionárias.

Nesse caso específico, peço o apoio dos demais Deputados, porque é benefício. A grande maioria dos motociclistas anda em motocicletas 125 cilindradas, que dificilmente vão ter qualquer custo, até de manutenção dessas rodovias. Esta posição, Deputado Elton, entendo que possivelmente venhamos perder na Justiça. Mas é mais uma tratativa, uma tentativa de forçar e sensibilizar os proprietários das concessionárias. Mais ainda, chamar à voga e à responsabilidade para que também os motociclistas, as federações e associações de motociclistas que têm nos procurado tanto a mim, quanto ao Mauro Moraes e aos demais Deputados que estão nesse projeto, para que os ajudem. Porque não se pode imaginar pagar R\$ 5 um motociclista que gasta quase isso para ir a Paranaguá e voltar - ele não gasta isso de combustível - e tenha que pagar R\$ 5 para ir até Paranaguá. Por isso peço o apoio dos demais Deputados. Não quero nenhum conflito com a Bancada do PT - bem pelo contrário, estou pedindo o apoio da Bancada do PT. Mas sabendo que possivelmente na Justiça teremos problema. É mais uma discussão a ser feita e buscando o apoio também das associações de motociclistas do estado do Paraná.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Com todo o respeito ao Deputado Cleiton Kielse, Vice-Presidente da CEI do Pedágio, com muita competência. Estamos trabalhando nessa questão da redução das tarifas e daremos continuidade a esse trabalho.

Vejo que há mais uma lei, isentando os motociclistas no estado do Paraná, de pagarem o pedágio. Seria mais um confronto no diálogo que vem acontecendo, com as concessionárias de pedágio. Podemos discutir a questão da tarifa paga pelas motocicletas no estado do Paraná, na discussão geral das tarifas que estão sendo

cobradas no estado do Paraná. Em torno da discussão das tarifas, podemos incluir quem sabe, a isenção das motocicletas. Muito humildemente eu pediria aos autores se podem retirar o projeto, para que possamos através do diálogo, reduzir ou isentar as tarifas para as motocicletas. Acho que é a forma mais cabida e mais inteligente de se tratar dessa questão. E não a respeito da lei que isentou os veículos, que eram emplacados nos municípios onde havia as praças de pedágio, que durou uma semana, tirando toda a força e toda essa responsabilidade que esta Casa de Leis tem.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Mauro Moraes.

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O que temos a dizer sobre a isenção, a todos os proprietários de motos no estado do Paraná, em torno de 700 mil motos e similares é de que efetivamente, as motos não causam danos as estradas paranaenses.

Com referência ao que mencionou aqui o Líder do PT, que no Rio Grande sei lá de onde, deve ser no Rio Grande do Norte porque aqui no sul, sudeste, já foram julgados e procedentes. São Paulo, as motos não pagam pedágio; Rio Grande do Sul não tem pagamento de pedágio de motos; Santa Catarina não tem pagamento de pedágio de motos; Rio de Janeiro não tem pagamento de pedágio de motos; então, aonde constatamos que existe uma evolução maior, sem descrédito nenhum, porque se fosse lá no Mato Grosso do Sul, no Rio Grande do Norte é uma diferenciação muito grande. Mas, nos estados do sul e sudeste, nenhum estado cobra o pagamento para que as motos possam transitar pelas nossas estradas.

Considero uma cobrança ilícita, na minha avaliação, existe um enriquecimento ilícito por parte das concessionárias. Porque elas cobram e as motos não causam danos as estradas paranaenses. Admira-me muito o PT que sempre defendeu principalmente aqueles de menor poder aquisitivo - que são os motoqueiros, motociclistas - agora se posiciona contra este projeto que vai beneficiar mais de 700 mil pessoas. E pessoas que têm necessidade, que precisam. E não podemos comprar a realidade do Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Norte, do Piauí com a do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina. No sul e sudeste o único estado que vergonhosamente cobra pedágio das motos é o estado do Paraná. E é o estado que também, por coincidência, tem o pedágio mais caro do Brasil.

Pudemos presenciar recentemente, as licitações que foram feitas das novas estradas no Brasil e constatamos que a média ficou entre R\$ 1,50 a R\$ 3. Enquanto aqui no Paraná chega a ser cobrando quase R\$ 11 por um eixo apenas, um carro comum, se considerarmos que cobram dos caminhões que têm muito mais eixos. É um verdadeiro absurdo! É uma vergonha, Sr. Líder do PT. E

muito mais vergonha ainda é cobrar de motos que não causam danos às nossas estradas paranaenses. Quanto a atendimento médico, é uma obrigação da concessionária, porque as motos já pagam o IPVA. E por que existe o imposto IPVA? Justamente para a conservação das estradas e atendimentos de primeiros socorros. E isso a moto já paga.

Então, conclamo a todos os Srs. Deputados para que votem favoravelmente a essas 700 mil pessoas que estão sendo injustiçadas pela ganância indomável desses empresários, donos de concessionárias das estradas paranaenses, que não têm limites, e no caso das motos, ganhando das pessoas mais pobres do estado do Paraná. Fica aqui o meu apelo para que os Srs. Deputados votem favoravelmente a este projeto, porque na jurisprudência não é esta que vai prevalecer, vai prevalecer a de São Paulo, a do Rio de Janeiro, a de Santa Catarina, a do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Para Encaminhar)

Acho que hoje é uma Sessão especial, Sr. Presidente. Já vimos quase tudo. Ouvimos um dos autores do projeto encaminhar e falar: “Vamos aprovar o projeto, mas sei que ele vai cair na Justiça.”

Vamos fazer uma retrospectiva rápida aqui na Assembléia Legislativa: em 2003 aprovamos na Casa a encampação do pedágio. Nós falamos desta tribuna, eu, o Deputado Rossoni, o Deputado Durval Amaral, entre outros Deputados, que estaríamos aprovando uma lei totalmente inconstitucional que cairia na Justiça. O Governador sancionou e não deu outra. A lei caiu na Justiça. Depois, outras leis vieram aqui na Assembléia. Nós alertamos: a lei é inconstitucional, não tem consistência legal para se manter. Ela caiu. Depois, veio uma lei fora do pedágio, veio a dos transgênicos: a lei é inconstitucional, não vamos aprovar isto. Aprovamos. Derrubada na Justiça.

Mas recentemente esta Casa aprovou uma lei isentando os veículos proprietários cujos veículos estavam emplacados nos municípios aonde tinha praça de pedágio. Nós falamos: a lei é ilegal. Ela foi aprovada, o Governador sancionou, caiu no Supremo. Semana passada, desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu disse que o Paraná era o campeão de aprovar leis inconstitucionais. Lamentavelmente, o Paraná, Srs. Deputados, leva este título de aprovar leis inconstitucionais.

Perdoem-me, Srs. Deputados, se esta fosse a primeira lei que a Assembléia estaria aprovando em relação ao pedágio no estado do Paraná, da isenção ou qualquer outro sentido, poderíamos até fazer uma experiência. Mas vamos parar de brincar de fazer leis. Desculpem-me, me perdoem, mas não posso conceber, não posso entender que depois de 30 dias que foi julgada inconstitucional uma lei que isentou os proprietários de veículos aonde estavam as praças de pedágio, caiu na Justiça.

E agora vamos jogar para quem? Para a torcida? Quem vai votar contra esta lei vai dizer: “Não, vocês são contra as motocicletas, vocês estão defendendo as concessionárias”. Não, Srs. Deputados, acho que temos que ter responsabilidade com as leis que aprovamos. Não podemos fazer isto. Eu já disse uma vez: está na hora de parar de brincar de querer fazer as leis, chega disso. Vamos fazer leis com sinceridade. Se fosse fazer uma lei da seguinte forma, Srs. Deputados, eu até sugiro aos autores, peçam a retirada dessa lei e digam que autorizam o Governador do Estado a negociar com as empresas que nos futuros pedágios a serem implantados no estado do Paraná que não se cobre das motocicletas ou similares. Então, façam desta forma.

Agora, ficam isentos de pagamentos de pedágio nas estradas e rodovias localizadas no âmbito do território do Paraná motocicletas e similares. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Ora, vamos entender uma coisa: a concessão foi feita e quando você fez a licitação foi com base no edital de licitação, a Justiça já disse isto. E nós vamos, mais uma vez, Deputado Mauro Moraes, com o maior respeito que devoto a V. Exa., ao Kielse e a todos, mas o próprio Kielse já disse: “Esta lei vai cair na Justiça”. Se um dos autores já diz isto! Falou - eu acho, mas se o próprio autor acha, eu vou dizer - tenho certeza que ela vai cair. E vou dizer uma coisa para vocês: eu não vou votar a favor desta lei, posso até sair do Plenário, mas eu não quero assinar uma lei sabendo que ela é inconstitucional. Não dá para fazer isto.

Eu diria para o Mauro Moraes: vamos parar de brincar, vamos parar de brincar! Não vamos ficar jogando para a torcida, não. Peça para retirar esse projeto, mude o seu projeto e diga que ficam isentos nos futuros pedágios a serem implantados. Não dá para mudar a lei, não dá para revogar uma lei...

(Discussões paralelas)
(Tumulto no Plenário)

O SR. MAURO MORAES (PMDB) (Pela Ordem)

Ele está se referindo à minha pessoa com deselegância. Eu tenho razão e quero falar. Se ele continuar com esta deselegância, eu não vou deixar ele falar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não cabe aparte, a palavra está com o Deputado Elio Rusch, não cabe aparte no encaminhamento.

O SR. MAURO MORAES (PMDB) (Pela Ordem)

Ele está se referindo à minha pessoa com deselegância, eu tenho razão e quero falar! Se ele continuar com essa deselegância, não vou deixá-lo falar!

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Elio Rusch está com a palavra.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Devoto a V. Exa. o maior respeito, mas não posso. Sou defensor da legalidade, todos nós devemos ser defensores da legalidade, não podemos brincar de fazer leis! V. Exa. vai ver, Deputado Mauro, se for aprovada e sancionada essa lei, ela vai cair na Justiça e está registrado nos Anais desta Casa. Eu disse no começo, não defendo ninguém, defendo a legalidade e a constitucionalidade!

O SR. MAURO MORAES (PMDB) (Pela Ordem)

Ele falou que vai cair na Justiça, Exa. vai cair numa liminar, mas a discussão do mérito nós já tivemos essa discussão no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo e ganhamos! Chega dessas concessionárias ganharem, chega de sempre o poder aquisitivo ter os seus defensores, veemente, nesta Casa! Está na hora da maioria da população que é representada por mais de 700 mil motoqueiros ganhar uma ação. Não são todos os Desembargadores que vão dar liminar favorável a estas concessionárias, não!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. já encaminhou, agora para encaminhar Professor Luizão.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar do nosso Líder da Bancada, Elton Welter, ter encaminhado contra o projeto, não foi uma decisão da bancada. Respeito a decisão do Líder nessa linha de legalidade, sem dúvida nenhuma é bastante discutível essa questão. Agora, não posso deixar de apoiar um projeto que é uma tentativa de livrar os usuários das estradas, dos usuários que utilizam as suas motocicletas de pagar um absurdo de pedágio desses!

Qualquer projeto, qualquer proposta que tenha a intenção de ir contra o abuso das concessionárias do estado do Paraná nós vamos ser favoráveis. Só esclarecendo que não é uma posição fechada da bancada e manifesto aqui o meu apoio ao projeto para livrar os motociclistas de pagar o pedágio nas estradas do Paraná.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria até levantar uma questão de ordem. Deputado Mauro Moraes, ouvi aqui o pronunciamento do Líder do PT, Deputado Welter, achei interessante o que V. Exa. trouxe. Achei ainda mais interessante o pronunciamento do Deputado Elio Rusch, como fala bem o Elio Rusch quando fala de leis, de legalidade. Sou um admirador das legalidades, V. Exa. coloca bem essa questão do pedágio. Quem já foi Prefeito, quem já administrou uma cidade sabe que quando se concede um benefício, mexemos automaticamente, esse benefício sai da planilha, ele tem que ser jogado na planilha! Claro que aqui no Paraná é um absurdo de gastos, de tarifas. Concordo com tudo isso, mas estava aqui fazendo uma conta: Quantos motoqueiros andam pelos pedágios? Quantos passam diariamente? O trabalhador, quantos andam de capacetezinho pelo pedágio? Quantos? 1, 2, 10, 20? Acho que são poucos.

Mas acho, Deputado Mauro Moraes, que aqueles que fazem aventura de moto, aqueles tubarões que andam em motos que valem 500 mil, valem mais que um carro, andam mais que os trabalhadores, eu acho! Acho que os tubarões de moto, aqueles que fumam charutões, que andam 200 juntos, não tenho nada contra eles, mas acho que eles andam mais e são as pessoas mais ricas que eu já vi! Tem gente que anda com moto que vale 1 milhão! Então, nós devemos beneficiar também. O seu projeto social é bacana, vai beneficiar o pobrezinho, mas vai beneficiar os tubarões das motos também, sem dúvida. Eles fazem disso hobby, aqueles passeios de fim de semana, brincar, arejar a cabeça, maravilhoso!

Então, Sr. Presidente, fico pensando aqui: quantos andam de moto, trabalhadores que passam pelo pedágio? Vou fazer um pedido de informações para tirar essa dúvida, porque acho que andam menos trabalhadores do que motoqueiros com aquelas motos grandes, que fazem passeios e que não tenho nada contra eles.

Agora, o Deputado Mauro Moraes diz que São Paulo não paga, Rio Grande do Sul não paga e que a lei beneficia esse estado. Mas vejo o Deputado Elton Welter dizer que há uma decisão em Brasília no STF, que é superior a tudo isso, dizendo que não pode. E mostrando que quando se mexe em uma tarifa vai para a planilha, qualquer Prefeito sabe disso. Há decisão do STF em Brasília. E finalmente, estava ouvindo o Deputado Elio Rusch dizer que não podemos aprovar leis ilegais, leis que são contra o princípio da liberdade. Deputado Elio Rusch, V. Exa. já votou um projeto desse aqui na Casa, V. Exa. foi favorável a votação da isenção do pedágio para os estudantes, que foi vetado pelo Governador, porque ele achava ilegal. V. Exa. votou a favor de um projeto ilegal. Não sou contra isentar os motoqueiros, acho que podíamos fazer uma emenda que só vale para o motoqueiro que trabalha com a moto ou que ganha um salário mínimo ou 2. Era isso.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB) (Para Encaminhar)

Apenas para deixar registrado, que no nosso entendimento, já existiram vários projetos aqui demonstrando a isenção e infelizmente todos caíram pela Justiça. Mas por uma questão de companheirismo, e entendendo o posicionamento e a vontade do Deputado Mauro Moraes, em que pese, estarmos próximos do dia da entrega da CEI do Pedágio. Acho que podemos entender que vamos aprovar e que o Deputado Mauro Moraes terá vários motoqueiros votando e acreditando nele. Mas que, infelizmente a Justiça vai barrar, mas vale a vontade do Parlamentar. E também entendendo que dentro de um conceito de equilíbrio e de boa conversa, vamos conseguir uma boa negociação com as concessionárias, desde que não haja interferência negativa. Porque infelizmente muitos companheiros torcem ao contrário, quando vêem que o projeto é bom e que a conversa é boa, por mais que

a sociedade ganhe com isso, eles torcem para que não aconteça. Deputado Mauro Moraes, sou solidário ao seu projeto, terá o voto favorável, em que pese, o momento da apresentação não é bom em função de que a CEI que apresentará, um relatório pautado tecnicamente e juridicamente. Mas obviamente, porque votamos outras isenções e não vamos votar na isenção do Deputado Mauro Moraes.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (Pela Ordem)

Só para lembrar aos nobres Parlamentares, que hoje é a 1ª discussão do projeto de lei, todos que forem encaminhar, que encaminhem pela constitucionalidade do projeto e que não entrem de forma alguma no mérito, de que nada valerá. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns ao jovem Deputado Ribas Carli pela sua lucidez.

O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Vejam como são as coisas, o nosso jovem Deputado já dando lições aqui em parlamentares mais experientes. Queria dizer que ouvi alguns pronunciamentos. Quero dizer que o Deputado Mauro Moraes tem razão. Vejo o Deputado Elio Rusch que interessadamente votou, defendeu a lei que permite a cobrança do pedágio das motocicletas e agora coerentemente o Deputado Elio Rusch vem aqui e diz o seguinte: “Não! Sou contra o projeto que pode isentar a cobrança das motocicletas.” É coerente. Admiro o Deputado Elio Rusch, V. Exa. ser coerente e dizer: “Sou a favor de cobrar das motocicletas e sou contra que se possa fazer uma lei que as isente.”

O mesmo Poder que essa Casa teve de fazer uma lei mal feita - diga-se de passagem, mal elaborada - votada no atropelo de um final de dezembro, o que é que nós verificamos? Que daquela lei de concessões e permissões do serviço público, nós na verdade, ao invés de fazermos a salvaguarda que pudesse evitar que dali se desdobrasse uma licitação, que virou no que virou o pedágio do Paraná, nós hoje aqui estamos votando leis que aliás, não haviam sido votadas antes.

Quero pedir a minha bancada e a todos os parlamentares que apóiem o projeto da iniciativa dos Deputados Mauro Moraes, Dr. Batista, Cleiton Kielese, Edgar Bueno, Ademar Traiano, porque é um projeto que certamente poderá enriquecer ainda mais alguns advogados administrativistas que vão ganhar mais dinheiro nas concessionárias. Mas acho que a vontade política desta Casa tem que ser manifestada, e eu disse que como Líder do Governo eu encaminharia para votação favoravelmente a todos os projetos de lei que questionam o projeto. Por isso que encaminho favoravelmente a lei de autoria dos nobres Deputados especialmente em homenagem ao Deputado Mauro Moraes.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Pela Ordem)

Não posso aceitar de forma alguma que o Romanelli venha colocar palavras na minha boca que eu não tenha dito. Deputado Romanelli não queira jogar para a torcida e não queira falar o que eu não disse. Não aceito de forma alguma. Chegou aqui o Deputado jovem, Deputado Fernando Ribas Carli que disse que eu estava discutindo a constitucionalidade. E eu falei sobre a constitucionalidade. Falei das leis que a Assembléia tem aprovado e que todas caíram na Justiça. Disse aqui, Deputado Romanelli, V. Exa. deve ter ouvido muito bem, não venha V. Exa. dizer que o Elio está querendo cobrar pedágio das motocicletas. Em absoluto. Deputado Romanelli, não coloque palavras na minha boca e não queira V. Exa. ficar segurando só para a torcida e querer jogar um ou outro contra a população do estado do Paraná. Não foi isso que eu disse, em absoluto. Falei da constitucionalidade desta lei. Deixei muito claro.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero, conforme já fez o Líder do PT, fazer duas ponderações: assim como o Deputado Jocelito Canto, acho que aqui tem opiniões diferentes a respeito do projeto, as duas considerações acho que vou fazer, até porque vou votar contrário o projeto. E vou votar contrário ao projeto, porque quando apresentamos o projeto das trinta horas, foi dito que era inconstitucional e não poderia ser aprovado, aqui. Quando apresentei o projeto sobre economia solidária, foi dito que era inconstitucional e não poderia ser aprovado, aqui. Quando apresentei o projeto para que não cobrássemos a assinatura básica de milhares de pessoas que têm telefone, foi dito que era inconstitucional e não poderia ser aprovado, aqui. Inclusive por pessoas que estão defendendo o projeto, hoje, que aprovemos, já sabidamente, também dito por um dos autores que poderá cair daqui a 3 dias, que o Dr. Romeu Bacellar, talvez tenha o crédito e o mérito de fazer o parecer que será derrubado.

Mais, ainda: o senhor e outros Deputados estiveram com a Procuradoria do Estado e a Procuradoria, na ocasião, falou que tínhamos diversas ações que estão sendo todas derrubadas e gerará um passivo para o estado, que irá necessariamente pagar. Não será este, não será aquele, não será sei lá qual Governador e quais Deputados. Mas, o estado, a sua população vai pagar.

Então, para que não tenha dúvidas, é preciso que tenhamos coerência em algumas coisas. Se nós temos 700 mil motocicletas no estado do Paraná, certamente não são 700 mil motocicletas que estão rodando e passando nos pedágios. Primeiro.

Segundo, eu não sei quantas passam, porque obviamente não há um levantamento disto. Eu não sei se há um levantamento. Gostaria muito que os motociclistas

não pagassem pedágio, até porque aquelas motos pequenas têm o problema de empurrar suas motos, porque não podem desligá-las. Entendo que há uma questão social.

Agora, entendo que não dá para fazer atalhos. Se começarmos a fazer atalhos, eu concordo, desde que todos os projetos, principalmente estes três, que são projetos de altíssimo alcance social, que apresentei aqui, que foram derrubados na CCJ, dito que eram inconstitucionais, que a gente reveja estes, porque se é para votar a inconstitucionalidade, quero votar a inconstitucionalidade a favor do trabalhador, e sabendo que ele não vai cair. Pode cair até por veto do Governador, mas que não vai cair por conta de ação que venha a mover a constitucionalidade do pedágio.

Por isso, vou votar contra o projeto, por entender, e nossa assessoria jurídica fez um parecer - é por isso que pagamos assessoria jurídica - colocando a inconstitucionalidade do projeto no Supremo Tribunal Federal. Embora entenda o mérito e entenda a intenção do autor, mas é um projeto que pode agradar por 24 horas algumas milhares de pessoas e criar um passivo para alguns milhões, por bastante tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação.

1ª discussão do Projeto de Lei nº 192/07.

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só para registrar a unanimidade da votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não houve unanimidade. Também não importa, mas não houve unanimidade.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/07, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Cândido Furtado Maia Neto. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 215/07****P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, tem como escopo conceder título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Cândido Furtado Maia Neto.

Legitimidade

Dispõe a Lei nº 13115 de 14/02/01 alterada pela Lei nº 14677 de 06/04/05:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Benemérito do estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou de Benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto. No mesmo sentido, conforme a justificativa do projeto, prova-se que os requisitos solicitados pela lei foram atendidos. Ainda, verifica-se que, conforme documento anexo, a presente proposição encontra-se dentro da quota de oito projetos por legislatura, referente ao partido correspondente.

Constitucionalidade

Ante o exposto, não havendo óbice quanto à correta aplicação da técnica legislativa e tampouco acerca da legalidade e constitucionalidade do presente projeto, e uma vez estando dentro da cota da agremiação do autor, opinamos pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEY LEPREVOST - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Antes de o 1º Secretário fazer a chamada, só para identificar o homenageado pelo Deputado Litro, é Promotor em Foz do Iguaçu, um dos criminalistas do Brasil, atuou representando o Brasil em várias Comissões de Direitos Humanos pelo mundo afora e recebe as homenagens dos Deputados Chico Noroeste, Dobrandino da

Silva, Reni Pereira, por ser Promotor, atualmente, na cidade de Foz do Iguaçu.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, apenas parabenizar o aturo deste título de Cidadão Benemérito ao Dr. Cândido. Conheço, é uma pessoa íntegra, Promotor que prestou grandes serviços ao Paraná e à nossa região. Fico feliz em votar favorável, ele merece.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito ao Sr. 1º Secretário para que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Dr. Batista)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quarenta e um dos Srs. Deputados aprovam. **Aprovado.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3286, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.

Retirado pelo autor.

Requerimento nº 3287, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3289 e 3309, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3290 a 3292, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3297, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3301, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3307, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3316 a 3318, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3319 a 3323, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3324, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3326, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta ata**).

Requerimento nº 3327, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3328, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3329, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3330, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3331 a 3338, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3339, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3340, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **À presidência, para providências.**

Requerimento nº 3341, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3342, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rosoni, Elio Rusch, Durval Amaral, Geraldo Cartário e Marcelo Rangel, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 3345, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, era necessário comunicar aqui o Deputado Luiz Eduardo Cheida, e comunico o seguinte: a PEC que a mim parece tem o número 057/07, que é de autoria deste Parlamentar, trata de um tema muito importante em relação a preservação da mata atlântica. E é necessário que V. Exa. possa designar uma comissão especial para que, se possível, possamos ainda votar nessa Sessão Legislativa. Então, encareço a V. Exa., no exercício da Liderança do Governo...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Proposição nº 092, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, é exatamente garantindo a preservação integral da Serra do Mar?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Isto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É importantíssimo e eu quero conchamar aos líderes dos partidos que indiquem os seus representantes. Já estou com o memorando pronto solicitando aos membros dos partidos que indiquem os representantes. Aliás, poderíamos, o PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PSB/PR/PRB/PV, vou encaminhar aos líderes a solicitação pelo telefone, acho que alguém pode pedir para que indiquem os seus membros.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Agradeço V. Exa..

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 677 e 707/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 192 e 215/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 626 e 767/07.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO EDGAR BUENO EM SESSÃO DO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2007.

História Sete Quedas e Guaíra

Soraia Ribeiro Barbosa

História Guaíra

A história de Guaíra é tão antiga quanto a história do Brasil e chega a se confundir com a história da própria América. O nome Guaíra é de origem Guarany, e significa “intransponível”, devido às Sete Quedas que eram um fator de intransponibilidade para a navegação do rio Paraná.

O Capitão Rui Diaz Melgarejo, em 1556 funda um “pueblo” - a Ciudad Real del Guayrá, na confluência dos rios Piquiri com o Paraná.

Em 1620, o território de Guaíra estava virtualmente nas mãos dos portugueses, já que os bandeirantes

paulistas assolavam periodicamente a região, destruindo os “pueblos” espanhóis e escravizando os índios catequizados das “reduções jesuíticas”.

Em 1632 as últimas reduções são saqueadas e destruídas, sendo Ciudad Real del Guayrá abandonada e posteriormente arrasada. Começa o grande êxodo dos habitantes da Província del Guayrá. Guiados pelos padres Montoya, chegam 5 mil dos 12 mil fugitivos que seguiram para as missões do Rio Grande do Sul, após penosas marchas pelas selvas do Paraná.

Em 1872 é feito o tratado de limites entre Brasil e Paraguai. O território onde se encontra hoje o município de Guaíra pertencia a Companhia de Matte Laranjeiras S/A, a qual desbravou e colonizou toda aquela região, dando-lhe o impulso necessário para o seu progresso.

Em 1944, a Companhia Matte Laranjeiras S/A foi encampada pelo serviço de navegação da bacia do Prata, e logo em seguida adquirida pelo Governo do Estado do Paraná.

Em 14 de novembro de 1951, pela Lei nº 790, Guaíra foi levada à categoria de município, e instalado em 14 de dezembro de 1952. Foi desmembrado de Foz do Iguaçu.

Na história de Guaíra, cabe ressaltar o desaparecimento das Sete Quedas, as maravilhosas cataratas do rio Paraná, em função da construção da barragem da Hidrelétrica de Itaipu, ocorrido em 1982.

Turismo

Ao contrário do que o nome original dado pelos índios Guaranis, que significa um lugar de difícil acesso, hoje Guaíra tem seus caminhos abertos para você chegar a lugares maravilhosos e passar momentos inesquecíveis...

Localizada na região oeste do Paraná, Guaíra conta com toda a estrutura e hospitalidade de uma cidade preparada para receber turistas que desejam, além de simplesmente relaxar, conhecer um pouco mais da história da colonização e viver 24 horas em contato com a natureza.

O município possui um excelente terminal rodoviário que diariamente recebe ônibus vindos de todas as partes do Brasil, e também um aeroporto que permite a aterrissagem e decolagem de aeronaves de diversos portes.

O visitante que chegar a cidade terá a oportunidade de fazer um city tour em lugares exóticos, marcados pelo contraste entre as características da época em que foram construídos e o arrojo dos empreendedores atuais que transformaram estes lugares em verdadeiras obras primas, seja pela sua conservação ou pela sua transformação.

Na rota do city tour estão o Museu Sete Quedas, onde o interessante acervo se destaca pelos espécimes de animais capturados na região, a arte indígena e objetos que comprovam a passagem dos espanhóis e portugueses por essas terras.

A Igreja de Pedra Nuestro Señor Del Perdón, uma capela espanhola com pedras encaixadas que foi construída

com pedras das Sete Quedas e seus vitrais argentinos destacam a catequese praticada pelos padres Jesuítas aos índios.

O Cruzeiro das Américas, com seus mitos e suas lendas, datado em 1556, talvez a marca mais antiga da presença dos espanhóis em terras brasileiras. O Cruzeiro fica junto ao Centro Náutico Marinas, uma área de lazer em forma de aldeia, construída numa área de 15 alqueires, contendo infra-estrutura para diversas atividades culturais, esportivas e de lazer, base náutica e 7 pavilhões para eventos, dentre eles a Festa das Nações, o mais tradicional do município.

É lá também que está a locomotiva nº 4, que pertenceu à Cia. Matte Laranjeira. O trenzinho é o marco da primeira ferrovia do oeste paranaense.

Atelier do Frei Pacífico, artista plástico de renome, esse ex-Frei franciscano decidiu dedicar sua vida à defesa da flora e da fauna, e retrata as belezas da natureza e da cultura indígena em peças de madeira.

Cine Teatro Sete Quedas. O prédio de 1905 era usado para chameuscar a folha de erva mate, hoje um espaço cultural moderno e equipado que projeta a cultura para todos os povos.

Ponte Ayrton Senna de Guaíra - Com extensão de 4 mil metros, essa majestosa obra tem no seu currículo números colossais de materiais usados na sua construção, além de ser a única ponte do mundo em curva na parte central com tobogã. Ela também é responsável pela ligação da Guaíra até Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul.

O passeio também inclui uma vista ao Paraguai, onde a cidade de Salto Del Guayrá abriga um enorme centro de compras.

E por falar em compras, no centro da cidade está localizada a Casa do Artesão, onde o visitante poderá adquirir peças de artesanato típico da região.

Para o visitante que gosta de natureza Guaíra não poderia ser melhor... A cidade é localizada às margens do rio Paraná, e o trecho ostenta o título de maior arquipélago da América do Sul, e considerado o Portal do Pantanal Paranaense e constitui um corredor da biodiversidade com mais de 200 ilhas, centenas de espécies de animais vertebrados, aves, répteis e anfíbios, além de 170 espécies de peixes.

Neste lugar paradisíaco se destacam os passeios fluviais com direito a pesca amadora e profissional, além de uma parada na lagoa Saraiva para mergulhar nas suas águas quentes e transparentes, passeio ecológico pelas trilhas da ilha São Francisco, a qual é mantida pelo Frei Pacífico e safari fotográfico com registro da flora e da fauna.

O município possui ainda um excelente parque hoteleiro, herdado da época das Sete Quedas. Na área gastronômica a cidade oferece dezenas de opções diurnas e noturnas, mas o destaque fica para o pintado na telha, prato típico de Guaíra... Simples e apetitoso, este prato busca resgatar a tradição da culinária local.

Sete Quedas

Acidente

O acidente aconteceu no dia 17 de janeiro de 1982, no salto número 14, 32 pessoas morreram. Os cabos que sustentavam uma das pontes rompeu. As causas apontadas na época foram problemas na manutenção e o aumento no número de visitação, ou seja, excesso de pessoas.

O fluxo das Sete Quedas da Guaíra no Rio Paraná, entre o Brasil e Paraguai, ocasionalmente atingia uma taxa de 50.000 m³/seg, em consequência da represa de Itaipu, as quedas submergiram em 1982.

As Sete Quedas tinham a maior queda de água do mundo, segundo o Guinness Book. O nome teria surgido por causa de um Chefe Índio, embora houvessem 7 quedas principais, haviam um total de 18 quedas, no total. As quedas tinham uma altura total de 114 m, e o som das águas poderiam ser ouvido à uma distância aproximada de 32 quilômetros. As quedas também foram famosas, por seus constantes arco-íris criados por gotinhas minúsculas de névoa da água agitada. A Companhia Matte Laranjeira S/A foi responsável pelo levantamento da área das quedas, demarcando 7 grupos com 19 saltos assim identificados na época:

1ª Queda:

Salto do Limite; Salto do Caxias; Salto do Tamarandaré.

5ª Queda:

Salto Barão de Mauá; Salto Rabisco Mendes.

2ª Queda:

Salto Presidente Franco; Salto Diretor Francis; Salto Deodoro.

6ª Queda:

Salto Ruy Barbosa; Salto Maria Barreto;

3ª Queda:

Salto General Estigaríbia; Salto Osório.

7ª Queda:

Salto Thomás Laranjeira; Salto Floriano; Salto Saltinho.

Itaipu

A Usina Hidrelétrica de Itaipu, a maior em produção de energia no mundo, é um empreendimento binacional desenvolvido pelo Brasil e pelo Paraguai no Rio Paraná. A potência instalada da usina é de 14.000 MW (megawatts), com 20 unidades geradoras de 700 MW cada. A produção recorde de 2000 - 93,4 bilhões de quilowatts-hora (KWh) - foi responsável pelo suprimento de 95% da energia elétrica consumida no Paraguai e 24% de toda a demanda do mercado brasileiro.

A Usina de Itaipu é resultado de intensas negociações entre os dois países, que ganharam impulso na década de 60. Em 22 de junho de 1966, os ministros das Relações Exteriores do Brasil, Juracy Magalhães, e do Paraguai, Sapena Pastor, assinaram a Ata de Iguazu, uma declaração conjunta que manifestava a disposição para estudar o aproveitamento dos recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países, no trecho do Rio Paraná “desde e inclusive o Salto de Sete Quedas até a foz do Rio Iguazu”. Em fevereiro do ano seguinte, foi criada a Comissão Mista Brasil - Paraguai para a implementação da Ata de Itaipu, na parte relativa ao estudo sobre o aproveitamento do rio Paraná.

Em 1970, o consórcio formado pelas empresas IECO (dos Estados Unidos da América) e ELC (da Itália) venceu a concorrência internacional para a realização dos estudos de viabilidade e para a elaboração do projeto da obra. O início do trabalho se deu em fevereiro de 1971. Em 26 de abril de 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná pelos dois países. Em maio de 1974, foi criada a entidade binacional Itaipu, para gerenciar a construção da usina. O início efetivo das obras ocorreu em janeiro do ano seguinte.

Rio é desviado.

O dia 14 de outubro de 1978 foi um grande marco na construção de Itaipu. Nesse dia, foi aberto o canal de desvio do rio Paraná, que permitiu secar um trecho do leito original do rio para ali ser construída a barragem principal, em concreto.

Acordo de três países.

Outro marco importante, na área diplomática, foi a assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil, Paraguai e Argentina, em 19 de outubro de 1979, para aproveitamento dos recursos hidráulicos no trecho do rio Paraná desde as Sete Quedas até a foz do rio da Prata. Este acordo estabeleceu os níveis do rio e as variações permitidas para os diferentes empreendimentos hidrelétricos na bacia comum aos três países.

Surge o reservatório.

Em 13 de outubro de 1982, com a conclusão das obras da barragem de Itaipu, as comportas do canal de desvio foram fechadas e começou a ser formado o reservatório da usina. O Lago de Itaipu, com área de 1.350 km², foi formado em apenas 14 dias. Nesse período, as águas subiram 100 metros e chegaram às comportas do vertedouro às 10h do dia 27 de outubro.

Durante a formação do reservatório, equipes do setor ambiental de Itaipu percorreram em barcos e lanchas toda área que seria alagada, salvando centenas de espécies de animais da região, em uma operação conhecida como Mymba Kuera (que em tupi-guarani quer dizer “pega-bicho”).

Usina começa a operar.

Em 5 de maio de 1984, entrou em operação a primeira unidade geradora de Itaipu. As 18 unidades geradoras foram sendo instaladas ao ritmo de duas a três por ano. A 18ª entrou em operação em 9 de abril de 1991.

Mas o projeto original de Itaipu foi concebido prevendo a instalação de 20 unidades geradoras. As duas adicionais seriam instaladas quando o aumento de produção da usina fosse conveniente e necessário para atender

os interesses do Brasil e do Paraguai. Por isso, em 13 de novembro de 2000, os presidentes do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e do Paraguai, Luiz Gonzáles Macchi, participaram em Itaipu da assinatura do contrato para instalação das duas novas unidades.

Mais duas unidades geradoras.

Com 20 unidades geradoras em operação, Itaipu conclui o processo de construção da usina previsto no Tratado de Itaipu e dá início a uma nova fase, a de modernização das 18 unidades geradoras iniciais.

As duas novas máquinas, com potência de 700 MW cada, equivalem a uma hidrelétrica de médio porte. A grande vantagem dessas últimas unidades é que elas, além de serem um marco na conclusão total da Itaipu, custaram uma fração do que seria gasto com uma nova hidrelétrica. O investimento foi de cerca de 190 milhões de dólares.

Conheça algumas datas que marcaram a instalação e operação das duas últimas unidades geradoras de Itaipu, a 9A e a 18A:

- assinatura do contrato para instalação de mais duas unidades geradoras - 13 de novembro de 2000;
- início das obras de montagem das duas turbinas - junho de 2001;
- entrada em operação comercial da unidade geradora 9A - 04 de setembro de 2006;
- entrada em operação comercial da unidade geradora 18A - 07 de março de 2007;
- inauguração das duas últimas unidades geradoras - 21 de maio de 2007.

Publicações:

Audiência Pública

Ata

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, reuniram-se, no plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado, para realização de Audiência Pública, sob a presidência do Deputado Estadual Marcelo Rangel e contando com as presenças do Sr. César Telles, Presidente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP; do Sr. Sérgio Jonikates, Presidente da Associação dos Jornais e Revistas do Interior do Paraná - ADJORI; do Sr. jornalista Renato Barroso, representante das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná; do Sr. Hécio José Gelbecke, Presidente do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná - SINAPRO; do Sr. Fernando Guimarães, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Sr. Elias Augustinho, representante do Sindicato das Empresas de Radiodifusão e

Televisão do Paraná; e do Sr. Daniel Pimentel Slavieiro, Presidente da Associação de Emissoras de Rádio e Televisão, quando foi realizado um amplo debate de assuntos ligados a "Publicidade e Propaganda dos Órgãos Públicos do Paraná". Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

Atas de Comissões

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Edson Strapasson. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 671/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Deputado Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião Dado início aos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 616/07, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cleiton Kielse - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, Secretário de comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

Carlos Eduardo Carazzai - Secretário

Publicações Administrativas:***Pregão Eletrônico***

Modalidade: Pregão Eletrônico 012/06 - Protocolo 7809/06.

Objeto: Aquisição de materiais diversos, conforme abaixo

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 014/07			
LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
1	Luis Fernando Neris	200 Extratores para retirada de grampos 26/6, tipo espátula em inox; 200 Cestos para lixo de plásticos de 8 litros; 200 Pastas com elástico; 1.000 Caixas de clips nº 0, cada caixa com 100 unidades. 300 Unidades de tesoura de aproximadamente treze centímetros;	R\$ 2.049,80
2	Luiz Fernando Neris	500 Fardos de papel higiênico, branco luxo, folha dupla, picotado, fardo com 64 rolos, cada rolo com 30 metros.	R\$ 14.915,00
3	Solar Comércio de Papelaria e Suprimentos de Informática Ltda.	500 Unidades de mídia CD-R, 700MB, 80 minutos; 500 Unidades de mídia CD-RW, 700MB, 80 minutos;	R\$ 1.230,00
(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO			

Aditivos Contratuais**4º ADITIVO CONTRATUAL**

Protocolo: 10140/07

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Contratada: Tecniline Telecomunicações e Informática Ltda.

Objeto: Manutenção de Central Telefônica.

Valor: R\$ 2.539,60 mensais.

Dotação: 3390.3900

Vigência: 01/01/08 a 31/12/08

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

4º ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo: 10141/07

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Contratada: Tecniline Telecomunicações e Informática Ltda.

Objeto: Locação de Central Telefônica.

Valor: R\$ 2.500,00 mensais.

Dotação: 3390.3900

Vigência: 01/01/08 a 31/12/08

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Balancete Financeiro***Outubro***

OFÍCIO Nº 20/2007

Curitiba, 07 de novembro de 2007.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de OUTUBRO/2007, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Outubro	MÊS: Outubro Exercício: 2007	REF: GAR260A PAG.: 01 Data:31/10/07
---	---------------------------------	--

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	18.400.000,00	189.100.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	18.400.000,00	189.100.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	1.200.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	100.000,00	1.200.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	18.500.000,00	190.300.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	347.280,06	4.161.337,33
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	347.280,06	2.157.841,21
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	2.003.496,12
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	347.280,06	4.161.337,33

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	11.529.218,24	8.388.432,08
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	11.529.218,24	8.388.432,08
TOTAL	30.376.498,30	202.849.769,41

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Outubro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31/10/
MÊS: Outubro	Exercício: 2007	2007

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	21.254.617,21	188.780.413,72
Pessoal e Encargos Sociais	18.315.341,81	161.876.732,88
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.939.275,40	26.903.680,84
DESPESAS DE CAPITAL	103.369,25	968.045,50
Investimentos	103.369,25	968.045,50
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	21.357.986,46	189.748.459,22
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	2.870.638,68
Pagamentos	0,00	867.142,56
Cancelamentos	0,00	2.003.496,12
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	441.001,09	1.653.160,76

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	441.001,09	1.653.160,76
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	441.001,09	4.523.799,44
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	8.577.510,75	8.577.510,75
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	8.577.510,75	8.577.510,75
TOTAL	30.376.498,30	202.849.769,41

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

